

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ADRIANA CAMARGO MARTENDAL

**A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA REDE EDUCACIONAL
PÚBLICA SOB A ÓTICA DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NA APAE DE
FLORIANÓPOLIS**

FLORIANÓPOLIS

2008/2

ADRIANA CAMARGO MARTENDAL

**A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA REDE EDUCACIONAL
PÚBLICA SOB A ÓTICA DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NA APAE DE
FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof^ª. Mst Queli Falch
Anschau.

FLORIANÓPOLIS

2008/2

ADRIANA CAMARGO MARTENDAL

**A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA REDE EDUCACIONAL
PÚBLICA SOB A ÓTICA DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NA APAE DE
FLORIANÓPOLIS**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.**

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora

Prof^ª. Mst Queli Flach Anschau - Universidade Federal de Santa Catarina

1ª Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Del Carmen Cortizo – Universidade Federal de Santa Catarina

2ª Examinadora

Prof^ª Mst Mariza Konradt Campos – Professora Titular das séries iniciais do
Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, Fevereiro de 2009.

Dedico este trabalho à minha família, em especial, ao meu filho César Augusto que foi a inspiração de toda minha trajetória acadêmica e que demonstra cotidianamente ser possível uma inclusão de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas de faculdade que contribuíram para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Em especial às amigas Eglê, Talita, Ânia, Larissa, Iara, Ana Paula e Aline, que nem sabem o quão significativas foram suas colaborações.

À minha super supervisora de campo que obrigou-se a me receber e nem por isso deixou de me ajudar em nenhum momento. Obrigada Nívia.

Às Assistentes Sociais, Alexandra, Rafaela, Jaqueline, Louizi que em algum momento me orientaram no meu caminhar acadêmico.

À minha avó Carmen, ao meu avô Oscar, ao meu pai Jairo que não chegarão a ver esta vitória, mas que merecem meu agradecimento.

À minha tia Norma, testemunha das dificuldades e que mesmo de longe me inspirou profundamente.

À minha Orientadora Quéli, que reconhece o sujeito histórico por detrás do pesquisador. Ao meu marido e companheiro, que muitas vezes se privou da companhia e possibilitou com sua compreensão o período de estágio e a construção deste. Muito Obrigada, meu amor.

À minha filha por sempre acreditar em mim, quando eu mesmo duvidava e que tornou possível minha dedicação à construção deste ao assumir responsabilidades que não eram suas. Obrigada Amanda, por acreditar.

À Banca examinadora que aceitou o convite para compor a banca de avaliação deste. Agradeço de coração à todos que de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização desta caminhada que aqui se encerra para que outra possa começar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
SEÇÃO I – PANORAMA DA TRAJETÓRIA E DO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	13
2.1 Trajetória, avanços e retrocessos.....	13
2.1.2 Assistência Especializada e as APAEs.....	14
2.1.3 Sociedades e Pessoas com Deficiência.....	22
2.1.4 Cidadania e a Pessoa com deficiência.....	25
2.1.5 O direito à educação para a pessoa com deficiência.....	29
SEÇÃO II – CAMPO E ESTRATÉGIAS.....	37
3. METODOLOGIA.....	37
GRÁFICO 1 – Idade de Ingresso.....	41
GRÁFICO 2 – Escolas.....	43
GRÁFICO 3 – Satisfação.....	44
GRÁFICO 4 – Formas de Participação.....	46
GRÁFICO 5 – Dificuldades.....	48
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
5 – REFERÊNCIAS.....	54

LISTA DE SIGLAS

ACIC.....	Associação Catarinense para Integração do Cego.
AFLODEF.....	Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos.
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
ECA.....	Estatuto da Criança e do Adolescente.
FCEE.....	Fundação Catarinense de Educação Especial.
IATEL.....	Instituto de Audição e Terapia da Linguagem.
IBC.....	Instituto Benjamim Constant.
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INES.....	Instituto Nacional da Educação dos Surdos.
LDBEN.....	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MEC.....	Ministério da Educação.
OMS.....	Organização Mundial da Saúde.
ONG.....	Organização Não Governamental.
ONU.....	Organização das Nações Unidas.
PT.....	Partido dos Trabalhadores.
SAEDE.....	Serviço de Atendimento Educacional Especializado.
SAESP.....	Serviço de Atendimento Especializado.
SED.....	Secretaria de Educação.

1. INTRODUÇÃO

Os direitos da pessoa com deficiência são direitos humanos e como todas as pessoas são titulares de um conjunto de direitos civis, culturais e econômicos, políticos e sociais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em igualdade com todas as demais pessoas. A Conferência Mundial de Salamanca em 1994 sobre Necessidades Especiais, colocou em pauta a discussão sobre o diferencial que os alunos com necessidades educacionais especiais necessitavam. Esta conferência repercutiu positivamente na construção de instrumentos nas leis brasileiras que contemplassem e efetivassem os direitos da pessoa com deficiência.

A Constituição Federal brasileira previu dentre os direitos fundamentais, o direito à educação (art. 6.º, “caput”), estabelecendo em seu art. 205, serem seus objetivos o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205, da Constituição Federal). Também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que inaugurou, no Brasil a figura do “Estatuto Setorial”, Isto é, uma legislação compreensiva que abrange e consolida, em um único texto legal, todo um conjunto de leis referentes a um determinado setor ou segmento populacional, como o próprio ECA, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Igualdade Racial, e já está em tramitação no Congresso Nacional, o Estatuto da Pessoa com Deficiência de autoria do senador Paulo Paim – PT/RS - que reunirá em seu texto, todo conjunto de leis existentes sobre e para a proteção social da pessoa com deficiência. É necessário intensificar o debate a respeito da inserção da pessoa com deficiência na política educacional brasileira que é o que se propõe o presente trabalho, sem a pretensão de esgotar o assunto ou apontar soluções.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) determina, no Artigo 58, que Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência e quando necessário é dever do Estado oferecer serviços de apoio especializado, dentro da escola regular, para atender às peculiaridades dos educandos pertencentes à educação especial e aponta apenas dois níveis de educação: básica (infantil, fundamental e médio) e superior (art. 21). Logo, a educação especial não é considerada nível escolar, mas sim

atendimento educacional **especializado** (art. 208, III), que nada mais é do que recursos materiais e humanos (art. 59, LDBEN) que os alunos com necessidades especiais, dentre os quais os com deficiência, necessitam, em qualquer dos dois níveis escolares, para poderem ter garantido o acesso e permanência no ensino regular, com educação de qualidade. Para isso, toda escola deve oferecer a vaga para alunos com necessidades educacionais especiais e também oferecer o apoio necessário para que este processo se concretize de maneira eficaz, para que as pessoas com deficiência possam frequentar a rede regular de ensino em igualdade de condições com o restante dos alunos.

As escolas especiais devem oferecer capacitação e assessoria para formação de conhecimentos e instrumentais que dêem condições à escola normal de receber este segmento da sociedade. É dever do Estado, prover o acesso do aluno com deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, como material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo. E adicionando a esses benefícios, a educação especial deverá contar com toda uma equipe multiprofissional com adequada especialização na área da deficiência. Às escolas públicas e privadas, portanto, cabe, por dever constitucional, providenciar a adaptação arquitetônica e pedagógica, bem como a capacitação dos professores, a fim de que acolham, obrigatoriamente, as pessoas com deficiência, pois este é um direito conquistado através de embates históricos e agora legitimado pela legislação.

Para que este processo se dê com maior eficiência é necessário o envolvimento de todos os que mediam este processo, como a escola, as escolas de atendimento especializado, o Estado e também a família, que desempenha um papel fundamental neste processo, pois, é ela quem deverá exigir seus direitos e deverá também estar preparada para acompanhar e fiscalizar a inclusão de seus filhos, ela é o principal órgão fiscalizador deste processo, necessita participar e principalmente acreditar nas possibilidades de seus filhos inseridos na rede regular de ensino.

O presente trabalho pretende diante de todas estas discussões acerca da obrigatoriedade do Estado em prover todos os recursos necessários à educação inclusiva, e mediante a observação empírica e realidade vivenciada vislumbrar e interpretar as dificuldades dos familiares da criança com deficiência em seu processo de inclusão na rede regular de ensino, a fim de encontrar mecanismos que contribuam para este tema, haja vista que a inclusão escolar é um processo em construção e, portanto, deve ser edificado pela escola, professor, família, sociedade civil e Estado que através

das legislações específicas regulamenta este processo. Pretende-se dar visibilidade à algumas experiências vivenciadas pelos educandos e suas famílias durante sua inclusão, para que através da socialização destas possa haver uma troca de saberes que venham a fortalecer as famílias.

Ao resgatar o tema deficiência deve-se entender a questão da deficiência como uma construção histórica. Faz-se necessário entender que as transformações no mundo do trabalho geradas a partir da reestruturação produtiva transformam a luta que antes era por direitos trabalhistas pela luta por uma busca mais básica que é a garantia de emprego para milhares de pessoas excluídas do mercado de trabalho. Pessoas que vivem no limiar da miséria trazida pelo sistema capitalista e que aumenta consideravelmente a desigualdade social. A questão social tem, então, em sua essência a luta de classes, que resultam nos problemas sociais atuais. Entendendo estes problemas não como individuais e sim como resultados de embates históricos, deve-se entender que é através desta análise que situamos o problema da deficiência como resultante da divisão entre aptos e não aptos para estarem inseridos na esfera produtiva ou não.

É o que observamos no resgate a partir de Biachenti (entre 1995 e 2005) que o estrutura em: mundo primitivo, período escravista, período feudal e o modo de produção capitalista. Segundo o autor, as manifestações no chamado mundo primitivo os indivíduos que não se encaixavam na “normalidade” eram os que não estavam aptos para caçar e garantir sua sobrevivência. Como não cultivavam a terra, estes povos eram nômades e o indivíduo que não fosse capaz de acompanhar sua tribo era deixado para trás, porque de outra maneira se tornaria um peso morto. No período escravista a análise feita a partir da sociedade grega, pois, os fatos sociais nos mostram ser onde surgem paradigmas que serão perpetuados até a contemporaneidade. No período clássico, em especial em Esparta e Atenas, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram mortas, pois não eram consideradas futuros adultos produtivos para o trabalho, viris e aptos para a guerra, pois se cultuava o corpo e a saúde para poder guerrear. Na Idade Média, ou período feudal, a dicotomia deixa de ser corpo e mente para ser corpo e alma, ou seja, as pessoas que não se enquadrassem no padrão socialmente aceito não eram eliminadas, porque restava à elas a caridade cristã. O sujeito diferente era considerado fruto do pecado, e assim, funcionava como mecanismo moralizante da sociedade e ganha o status de estigma. O indivíduo diferente passa então a ser alvo da caridade e benevolência cristã, buscando a libertação da alma de quem recebe e de

quem se doa. Por fim, no modo de produção capitalista traz transformações nas relações de produção e, conseqüentemente, nas esferas sociais.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os preconceitos e o modo como são tratados as pessoas com deficiências são decorrentes de um sistema dominante que perpetua uma ideologia geradora de exclusões sociais, pois a pessoa com deficiência é vista como sem identidade, uma vez que não tem voz, perante a sociedade, e além do mais gera encargos a mesma, pois é alvo de políticas públicas focalizadas, que visam a sua manutenção. A margem do sistema, que prioriza o aspecto econômico em detrimento do social. Desta forma, considera-se de extrema importância o debate acerca do referido tema, aqui focado no âmbito educacional, para que se possa discutir sobre as práticas pedagógicas vigentes na rede regular de ensino e principalmente a visão das famílias sobre estes espaços na sociedade que, por força de uma legislação, passam a ser ocupados pelos indivíduos que trazem um histórico de segregação e que necessitam firmar o seu espaço e não se enquadrar no modelo educacional vigente que apenas perpetua o modelo normatizador, tentando enquadrar a diferença o mais próximo possível da normalidade.

O processo de exclusão social das pessoas com deficiência existe em vários espaços da sociedade, dentre eles o espaço educacional, que embora pregue uma educação inclusiva acaba por reiterar marcas do passado no que se refere à discriminação.

Com base no exposto, o problema de pesquisa formulado refere-se ao processo de inclusão e à participação familiar neste. Busca-se qualificar esta participação, trazendo elementos e análises necessárias para se entender a realidade vivida pelas pessoas com deficiência dentro do espaço educacional. Aqui se nota a relevância social deste projeto que visa contribuir para a melhoria da qualidade de atendimento educacional desta população na perspectiva da família. Busca-se fortalecer as famílias e municiá-las de instrumentos capazes de garantir seus direitos. Existem poucos estudos que tratem deste recorte da questão social, e por isto este projeto ganha importância uma vez que trará a questão da deficiência sob a perspectiva inclusiva exaltando a importância da produção deste tipo de conhecimento que é elementar na área do Serviço Social.

Para tanto, esse trabalho se estruturou da seguinte forma; na seção I procuramos trazer um panorama do atendimento às pessoas com deficiência, nele

resgatamos um pouco da história da pessoa com deficiência nas diferentes sociedades, para poder compreender os porquês dos estigmas e da forma de tratamento despendida a eles historicamente. Nesse bojo, estruturam-se serviços para esse segmento, neste sentido discorremos também sobre trajetória das políticas de atendimento a esse público, situando dentro disso a criação de entidades de atendimento especializado como as APAEs, com o intuito de clarear porque elas aparecem, a que se destinam.

Trazemos também nessa seção os avanços legislativos, a importância do exercício cidadão para a criação de políticas inclusivas, em especial a aqui tratada: educação especial e inclusiva. A partir desse panorama, apresentamos a criação de serviços estatais de assessoria especializada, surgem os SAEDEs. Tentamos levantar elementos a cerca dos SAEDEs no sentido de reconhecer como se dá essa política, que avanços ela apresenta em relação as anteriores, como é a prestação desses serviços por ONGs e por fim, ainda nesta seção, situar o fazer do Serviço Social nesse cenário, onde a inclusão é maior foco, no entanto os serviços se apresentam de forma fragmentada.

Na seção II, nos dedicamos a pesquisa, nela trazemos de forma sucinta a metodologia utilizada, elementos do campo sócio ocupacional, e os dados coletados, apresentados na forma de gráficos, construídos por meio de questionários aplicados quando em visita domiciliar.

E por fim, tentamos tecer algumas considerações acerca do trabalho, fundamentado pelo histórico, tanto do público com deficiência, quanto das políticas a eles destinadas, foi possível de forma tímida, a partir do que constatamos na pesquisa elencar um panorama de avanços e entraves, como a falta de gestão social, e afirmar que o profissional de Serviço Social é fundamental nesse processo, onde reconhecer o diferente, não implica em incluí-lo de forma diferenciada a partir de sua deficiência.

SEÇÃO I - PANORAMA DA TRAJETÓRIA E DO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1 Trajetória, avanços e retrocessos

No Brasil, a trajetória das políticas públicas para as pessoas com deficiência se deu segundo Pinheiro (apud SILVA, VIZIM. 2003 pp. 109-110), “em três fases distintas: a tradicional/caritativa, a reabilitatória e da autonomia pessoal ou vida independente.” Estas fases não se complementam e não seguem uma cronologia linear ao longo da história, ao contrário coexistem na atualidade e são utilizadas conforme a conjuntura local. Na fase tradicional/caritativa a pessoa com deficiência é objeto de caridade, sujeito de assistência, de proteção e tutela. Acaba por reforçar a incapacidade, o “não produtivo”. Na fase reabilitatória a pessoa com deficiência é vista de forma individual e a proposta é curativa, através de equipes multiprofissionais de especialistas que exercem o controle dos processos de intervenção e os resultados são medidos conforme as habilidades adquiridas e/ou recuperadas. A fase de autonomia pessoal/vida independente surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 70, dentro de uma conjuntura de lutas pelos direitos civis de grupos sociais minoritários e visa a desinstitucionalização dos pacientes/clientes e a sua transformação em sujeitos de direitos.

Esse cenário não é tranqüilo e muito menos hierárquico, desde o surgimento dos primeiros atendimentos a pessoas com deficiência até os dias de hoje onde o debate e a inclusão são mais amplas, ainda é possível verificar esses três níveis se intercalando no fazer institucional.

Tentando alcançar esse olhar dentro da Instituição na qual realizamos o estágio, propusemos esse trabalho. Para tanto, faz-se necessário primeiramente reconhecê-la em sua história e propósitos para então descrevê-la com suas funções e atividades, para por fim, trazer elementos do todo, que nos indique aonde se localizam seu reais propósito com relação a pessoa com deficiência, se esta na fase tradicional,

reabilitatória ou da autonomia, se o que esta disposto em seu estatuto se efetiva cotidianamente.

2.1.2 Assistência especializada e as APAEs

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE é uma associação civil, filantrópica¹, pois atende a pessoas com deficiência da grande Florianópolis independente de sua condição financeira. Segundo ANJOS (2007),

[...] a Filantropia se reproduz e reproduz sua representação pública associada ao atendimento dos pobres e também das pessoas em situação de vulnerabilidade ou marginalidade. Na relação que estabelece com o Estado e a sociedade civil, a Filantropia e as Instituições Filantrópicas são representadas[...] como associações que visam complementar ações e serviços de intervenção social nas situações de reprodução da pobreza agindo como mediadora entre o Estado e a sociedade civil.

Possui também caráter educacional, pois oferece serviços à população usuária que são complementares e ou suplementares ao ensino regular, que podem ser: Serviço de Atendimento Educacional Especializado - SAEDE, além de serviços específicos, de caráter reabilitatório e de atendimento pedagógico específico, disponibilizando ainda, na perspectiva das diretrizes da política de educação Especial, outros serviços de natureza social ou educacional, como educação profissional, centros de convivência, casas lares, etc. Promove a Inclusão cultural deste segmento uma vez que realiza oficinas e apresentações com seus alunos e oportunizando também aos mesmos passeios culturais. Tem caráter assistencial, uma vez que realiza atendimentos às famílias em situação de vulnerabilidade, palestras educativas para formação de multiplicadores a respeito dos direitos conquistados pelo segmento. Na área da saúde realiza atendimentos de clínica geral, pediatria e atendimentos especializados, vacinação e outras orientações. A APAE de Florianópolis participa de Congressos e Conselhos e através de seus técnicos apresenta trabalhos divulgando sua metodologia e pesquisas realizadas em parceria com outros profissionais da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE. Seu corpo de alunos realiza atividades físicas direcionadas e

¹ A Conceção de Filantropia, em termos etimológicos, vem do grego filo = amor + Anthropos = homem e, segundo o dicionário Aurélio, Filantropia significa “Amor à humanidade, caridade” (FERREIRA, apud ANJOS, C.R.S dos, 2007).

supervisionadas e participam de competições municipais, estaduais e federais dirigidos ao público com deficiência.

É importante ressaltar, que a APAE surge num cenário – década de 60- fortemente marcado pelas recomendações e influências da família Kennedy (EUA) em todo o mundo. A expansão das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAEs, no Brasil, e a criação de diversas outras Organizações Não-Governamentais — ONGs, são também consequência da política americana adotada em prol das pessoas deficientes na ocasião. Somente na década de 70, são declarados e aprovados em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas — ONU, os direitos do deficiente mental (1971) e os direitos das pessoas portadoras de deficiências em 1975, portanto, o que consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos(1948), em seu Artigo 7º, todos são iguais perante a Lei e têm direito, sem distinção, a igual proteção da Lei, foi ignorado por completo. Até a década de 70, as pessoas com deficiência foram ignoradas na história, completamente banidas das tomadas de decisões políticas e administrativas relativas ao próprio processo de desenvolvimento, permanecendo alienadas e marginalizadas.

A fundação da APAE ocorre durante o governo Castello Branco (1964 - 1967) num período marcado por limitação da liberdade e dissolução de todos os partidos políticos. São permitidos apenas dois novos partidos, a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Na verdade, a existência do partido de oposição (MDB) serve apenas para legitimar a "democracia". Esta realidade brasileira, no entanto, não impede que respingos da efervescência dos movimentos sociais ocorridos no cenário internacional que reivindicam igualdade para todos, cheguem aos poucos à sociedade brasileira. A pessoa com deficiência ainda estava buscando seu espaço na sociedade, pois as poucas iniciativas de educação especial davam-se no interior das instituições, em sua maioria privadas e num regime de asilamento.

Em síntese, a APAE é uma entidade sem fins lucrativos, com duração indeterminada, fundada em 28 de agosto de 1964 e reconhecida como de Utilidade Pública Federal pela Lei nº 99054, de 24/02/67; de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 4035, de 12/09/67; de Utilidade Pública Municipal pela Lei 696, de 06/07/65. Possui autonomia administrativa e jurídica perante a administração pública e as entidades

privadas, como consta em seu Estatuto. porém, esta autonomia, a meu ver, fica comprometida uma vez que o maior financiador da Instituição é o Estado, que através de apoios técnicos e financeiros, como cedência de profissionais, isenção e redução de impostos, mantêm suas atividades.

É vedada qualquer forma de vinculação que comprometa a filosofia e os objetivos do Movimento Apaeano que integra-se, por filiação, à Federação Nacional das APAEs, da qual recebe orientação, apoio e permissão para uso do nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere e a cuja supervisão se submete. A APAE, após a filiação à Federação Nacional das APAEs, será automaticamente considerada como filiada à Federação das APAEs do Estado do, a cujo Estatuto também adere e a cuja supervisão também se submete, passando a integrar o Conselho Regional das APAEs, onde se localiza geograficamente. Mesmo com toda essa ressalva, ainda é possível observar que as praticas de gestão diferem de local para local.

Para cumprir seus objetivos, se desdobra em vários serviços, executados em nos seguintes instrumentos: o Centro sócio-ocupacional, localizado no bairro Padre Anchieta, próximo à sua sede, que realiza atividades com deficientes intelectuais em processo de envelhecimento; a Casa Lar Amadeu Kurten que abriga deficientes intelectuais órfãos ou em regime de hospedagem por curtos períodos e o Instituto de Educação “Professor Manoel Boaventura Feijó”, inaugurado em 14 de janeiro de 1985, que tem por objetivo cumprir as funções básicas de escola, ensejando a apropriação e produção de conhecimento, com vistas à inclusão do aluno na rede regular de ensino e no mundo do trabalho estes localizados no bairro Itacorubi em Florianópolis, neste ultimo se insere o Serviço Social, que atende toda a demanda da Instituição.

Cabe uma parte explicativa sobre as funções do Instituto, para então situarmos o Serviço Social nele. Em 1985 não existia SAEDE e portanto ele se constitui para cumprir esse papel como assim refere-se seus objetivos acima citados. NA época, a legislação vigente exigia que o atendimento educacional especializado fosse prestado por instituição com *status* de escola, tanto na estrutura como na legalidade. Pensando na efetivação e apoio da proposta a APAE cria o Instituto de Educação Professor Manoel Boaventura Feijó, que viabilizaria não só a proposta pedagógica de assessoria, como a possibilidade de captação de recursos destinados a esta política em específico.

Após a criação do SAEDE, o Instituto voltou suas atividades às famílias atendidas pela APAE. As duas pessoas jurídicas – APAE/Instituto – se confundem na

operacionalidade das ações, porque cabia talvez naquele momento a desativação do Instituto em detrimento do SAEDE. Como isso não ocorreu, o Instituto assumiu o trabalho com as famílias e por sua vez acolheu o Serviço Social da APAE. Este procura desenvolver ações para além desses entraves institucionais, seu foco são os usuários dos serviços, mas é inegável que esse detalhes interferem no fazer cotidiano

Para alcançar seus objetivos, o Serviço Social da APAE, que conta com três profissionais, desenvolve várias ações, que apresentaremos de forma ordenada, mas que acontecem articuladamente, pois, a ações visam atender algumas expressões, que não são conseqüências últimas, portanto requerem ações que se conversem, se o objetivo é atender os usuários em sua integralidade.

Diretamente o Serviço Social presta assistência ao educando e à seus familiares, é responsável pela acolhida, chamadas de triagens de ingresso. Portanto, o profissional de Serviço Social é o primeiro a ter contato com o público que chega, neste processo ele acolhe e recolhe informações da família para repassar à equipe técnica - que avaliará os agravantes da deficiência- da Instituição que realizará as avaliações que indicarão quais os serviços ou instituições que deverão atender estes educandos. Na continuidade da assistência ao educando e à seus familiares, realiza visitas domiciliares e institucionais com o intuito de identificar fatores sociais, culturais e econômicos que possam interferir no processo de inclusão social e educacional da pessoa com deficiência.

Por meio de intervenções junto às famílias, busca a melhora da qualidade de vida destas, repassando informações, instrumentalizando-as para seus acessos de direito. Realiza estudos sócio-econômicos com o objetivo de melhor entender o universo familiar, conhecer sua dinâmica para construir pareceres sociais que visem realizar uma intervenção qualificada que aponte para a emancipação do sujeito e para tanto, se articula junto à rede Serviços Sociais mediante encaminhamentos, buscando a viabilização de direitos sociais, como os programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada. Inegável é, que apesar de atender prioritariamente a família, as visitas do Serviço Social da APAE são requisitadas com fim de resgatar alunos faltosos ou que descumprem as regras da instituição, cabe portanto aos profissionais darem outros sentidos ao fazer em si.

O Serviço Social compõe à equipe interdisciplinar do acompanhamento e atendimento das famílias em suas especificidades, além de assessorar e implementar

programas e projetos desenvolvidos na Instituição em sua área de atuação. Auxilia o professor, através do repasse de informações sobre o educando e suas famílias que porventura venham a colaborar para o seu desenvolvimento, mantendo estas informações dentro do estritamente necessário, buscando resguardar o direito do usuário. Apóia o grupo de mães, estimulando a participação da família e o fortalecimento dos sujeitos coletivos. Assessora empresas que contratam educandos da Instituição realizando palestras e acompanhamentos. Participa do controle social de algumas políticas a medida que participa do Conselhos de Direitos.

Na APAE os profissionais contam com alguns investimentos, participam com frequência de congressos, feiras, simpósio, seminários que são devolvidos à instituição em forma de palestras aberta ao público comunitário. Relevante também ressaltar que a APAE é um espaço sócio ocupacional do Serviço Social para a realização de estágio supervisionado, que e conjunto, profissional e estagiário, prestam apoio aos serviços de Pedagogia e Saúde no que se refere à prevenção e orientação quanto às práticas que garantam boa qualidade de vida, junto às famílias e alunos. O Serviço Social também é responsável pela busca e articulação de parceria que visa colocar jovens, preferencialmente inseridos em famílias que tenham sob seus cuidados pessoas com deficiência e cuja renda familiar per capita seja de até meio salário mínimo, como aprendizes nas agências bancárias da grande Florianópolis.

Conta com uma equipe interdisciplinar com professores, auxiliares, instrutores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeuta ocupacional, psiquiatra e enfermeira. A proposta de trabalho consiste em atender seu usuário enxergando-o como um ser inteiro e por este motivo todos os atendimentos deverão levar em conta todas as circunstâncias e facetas que compõe um indivíduo. A interdisciplinaridade “[...] sugere a prática de pesquisa em grupo como metodologia mais indicada, pela possibilidade da cooperação qualitativa entre especialistas.” (ALVES, BRASILEIRO, BRITO, 2004 p. 142), na Instituição esta proposta ainda não está totalmente concretizada, não que isto não esteja sendo buscado, o que se visualiza são saberes paralelos, e não dialogando, fato compreensível uma vez que, segundo Siepierski (1998), não existe consenso quanto ao significado de interdisciplinaridade, para este autor, é a convivência que sintoniza esse fazer:

[...] é na convivência com especialistas de outras áreas que o cientista submete suas teorias, impregnadas de particularismos de sua área específica, ao crivo da

crítica de seus, por assim dizer, primos. Portanto, a característica principal da interdisciplinaridade é o conflito e não a harmonia. (SIEPIERSKI,1998 p. 27).

Atualmente a APAE conta com cerca de 380 alunos, e presta cerca de 400 atendimentos para pessoas com:

- Atraso no desenvolvimento neuro-psicomotor;
- Deficiência Intelectual, associada ou não à outras deficiências;
- Transtorno Invasivo do desenvolvimento (autistas).

Distribuídos nos seguintes atendimentos:

- Estimulação Precoce, (de 0 a 3 anos), que proporciona à criança com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, história de deficiência e/ou transtorno invasivo do desenvolvimento, atendimento educacional especializado em grupo, duas vezes por semana com profissionais de fisioterapia, fonoaudiologia e educação física com enfoque educacional;

- SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado (04 a 14 anos), que engloba as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com turmas distribuídas conforme a idade, com educandos inseridos no Ensino Regular e que recebem atendimento no contra-turno da escola, duas vezes por semana;

- Educação Profissional com educandos acima de 14 anos que tem a finalidade de preparar e encaminhar o educando para o trabalho competitivo, protegido, autônomo ou ocupacional, na perspectiva de que o trabalho é o princípio norteador da história. Se organiza em modalidades específicas, como: *Iniciação para o trabalho* – que enseja apropriação de conceitos relativos ao homem, ao trabalho e à sociedade. Tem carga horária de 20h semanais; *Oficinas* – que propicia, através de atividades laborais diversificadas, a participação num processo de produção coletiva. Esta atividade se dá em grupo e tem carga horária de 20 ou 40 horas semanais; *Cursos profissionalizantes* – se propõe a capacitar para o exercício de funções específicas que possibilitem o acesso ao mercado de trabalho. O curso tem duração de dois anos letivos, com carga horária semanal de 40 horas, com um programa de habilidades básicas, habilidades específicas e estágio curricular; *Estágio Supervisionado* – que objetiva orientar, acompanhar e avaliar o educando em situações reais de trabalho, possibilitando-lhe o estabelecimento de novas relações, bem como a demonstração de seu potencial; *Inserção no mercado de*

trabalho – busca, orienta, seleciona, encaminha e acompanha os educandos no mercado de trabalho.

- Serviço Pedagógico Específico que é a modalidade de atendimento que busca a melhoria da qualidade de vida do aluno sem perspectiva de inclusão no ensino regular e no trabalho competitivo, protegido ou cooperado. Outras organizações não governamentais realizam este tipo de atendimento, porém cada uma em seu segmento, por exemplo: A ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego, realiza estes atendimentos com pessoas cegas ou de baixa visão, o IATEL – Instituto de Audição e Terapia da Linguagem, realiza estes atendimentos com as pessoas surdas. Esta segmentação se deu devido à um acordo firmado entre as Instituições, visando especificar e qualificar os atendimentos conforme seu público alvo.

O Estado mantém convênio com estas Instituições, em específico com a APAE buscando implementar a política de Educação Especial no Estado de Santa Catarina. O Estado busca as parcerias com estas Instituições porque elas preenchem uma lacuna deixada por ele pela redução dos investimentos com a educação geral pública. Os gastos se tornam reduzidos, pois os custos de sustentação da instituição especial privada assistencial são inferiores ao custo da implementação dos serviços de educação especial para toda a população com deficiência na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996). Esta parceria se dá nas três esferas: federal, estadual e municipal, através da cedência de profissionais que representam mão-de-obra qualificada para atendimento educacional especializado que é oferecido à comunidade para cumprimento da política de educação especial, cuja demanda o Estado não consegue satisfazer.

Os órgãos que mantém convênio com a APAE são:

- Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional da grande Florianópolis, Prefeitura Municipal, através do repasse de 680 horas semanais de professores;

- Secretaria Municipal da Educação, verba para merenda escolar;

- Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social do Convênio de Cooperação Técnica-Financeira;

- Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), que repassa 1.580 horas semanais nos cargos de direção técnica, secretária, coordenadores pedagógicos,

professores de educação física, professor de artes, professor de informática e professores de sala de aula além da cedência de profissionais para capacitações e assessorias solicitadas pela APAE;

Outros órgãos mantêm parcerias objetivando a construção de conhecimento, através de pesquisas e estágios supervisionados. São eles:

- Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) com estagiários de Educação Física;
- Universidade Estácio de Sá com estagiários de Fisioterapia;
- Universidade Federal de Santa Catarina com acadêmicos de Odontologia.

Esses são os serviços que visam alcançar os objetivos da APAE e em sua maioria podem ser implementados e alcançam seus objetivos. São muitas as histórias bem sucedidas de educandos que estão hoje inseridos no mercado de trabalho. O atendimento de estimulação precoce consegue estimular tanto mães como as crianças através da informação e conhecimento adquirido à respeito da Deficiência Intelectual e as possibilidades de vida futura, que é o que mais aflige às famílias neste tipo de atendimento. A informação trabalha a favor da instrumentalização destas famílias para sua vida em sociedade. O atendimento de SAEDE ainda caminha para sua forma efetiva, pois há mais atores sociais envolvidos no processo e por isso ele se dá de forma mais lenta. Mas o debate está aberto, e este trabalho é uma prova disso, a visibilidade, a discussão do processo com o Estado e a sociedade civil organizada, possibilita avanços e garantia de direitos.

Faz-se necessário, para compreender a quem e como se destinam os serviços atualmente, discorrer brevemente sobre a trajetória percorrida pelos sujeitos com deficiência nas diferentes sociedades. Dos sujeitos, por que foram eles, que relegados e segmentados, em muitos períodos, buscaram, enfrentaram e garantiram inserção social “igualitária” que hoje esta preconizada em lei, como é o caso do SAEDE e os serviços da APAE por exemplo. Vamos, verificar portanto, como foi o cotidiano e a proteção desses sujeitos aos longo da historia e a isso se dedica o próximo item.

2.1.3 Sociedades e Pessoas com deficiência

No decorrer da história a questão da deficiência foi tratada de modos distintos. No mundo primitivo, os sujeitos eram responsáveis pela sua própria sobrevivência, aqueles que não se apresentavam capazes, por alguma condição física anormal, de garantir seu próprio alimento, a proteção de sua família ou garantir aos seus um ambiente propício para sua moradia eram naturalmente deixados para trás, pois, estes povos por necessitarem buscar seu próprio alimento adotavam o nomadismo como forma de sobrevivência, já que os alimentos ficavam escassos e era necessária a procura de um novo local que oferecesse condições de subsistência.

Após, já no período escravista, algumas contribuições se tornam possíveis analisando a sociedade grega, onde surgem paradigmas que ainda hoje são atuais. A sociedade grega, que era estratificada socialmente a função dos escravos era garantir a manutenção da estrutura, permitindo assim, que os homens livres “praticassem o ócio”. Neste modelo de sociedade surgem paradigmas e modelos que atravessarão séculos e influenciarão a sociedade contemporânea. Na sociedade espartana o culto à ginástica, à beleza e ao corpo perfeito eram pré-requisitos para um bom guerreiro, pois, este povo era dedicado à guerra e as conquistas territoriais. As mulheres deveriam ser perfeitas e belas para garantir a geração de seres perfeitos para guerrear. Neste universo então, a criança que ao nascer, apresentasse qualquer tipo de deformidade deveria ser eliminada, porque não se encaixava no leito de Procrusto² dos espartanos. Já na sociedade ateniense, onde a vida na *polis* era sinônimo de prestígio a contemplação e a retórica tornam-se imprescindíveis, valorizando assim a mente, ou seja, valoriza-se o intelectual em detrimento do braçal, já que este último só era praticado por escravos. As pessoas então eram separadas pelo corpo e mente, sendo esta última mais valorizada.

² De acordo com Brandão (apud Bianchetti, Freire, 1998, pp 23 e 24), “na mitologia grega, Procrusto possuía dois leitos de ferro, no caminho entre Mégara e Atenas, e nele estendia todos os viajantes que conseguia aprisionar. Os leitos eram a medida, sendo que com base nesses padrões pré-estabelecidos, os corpos dos prisioneiros que não se adequavam sofriam uma intervenção, isto é, ele amputava os pés dos que ultrapassavam a cama pequena ou distendia violentamente as pernas dos que não preenchiam o comprimento do leito maior”.

Na idade Média o paradigma ateniense vai ser assumido no âmbito da teologia e traz profundas repercussões. A dicotomia deixa de ser corpo e mente e passa a ser corpo e alma. O indivíduo que não se encaixa no padrão considerado normal, ganha o direito à vida, porém, passa a ser estigmatizado, pois, a diferença passa a ser sinônimo/conseqüência do pecado. O corpo torna-se apenas a carne que reveste a alma. Esta associação entre a diferença e o pecado está bem ilustrada na Bíblia, em Lucas (11:14) “[...] e estava ele expulsando um demônio, o qual era mudo. E aconteceu que saindo o demônio, o mudo falou[...]”. A partir daí é possível analisar com certo distanciamento, a inquisição, onde as pessoas eram queimadas na fogueira, porque eram diferentes, ou eram considerados anormais, ou seja, não se enquadravam nos padrões impostos. É importante lembrar que isto ocorreu em períodos históricos e geograficamente localizados, porém deixam seqüelas sentidas até os dias atuais.

Esta associação da diferença com o demônio justifica todas as ações da inquisição, onde a Igreja Católica não queimava pessoas e sim procedia uma “purificação pelas chamas”.

A Igreja Católica também se utiliza deste conceito para explicar a existência dos diferentes dizendo serem eles instrumentos que Deus utiliza para alertar a humanidade sobre as conseqüências de comportamentos inadequados, ou para proporcionar aos cristãos a oportunidade de expiar os próprios pecados, praticando a caridade com estes indivíduos. Ao final da Idade Média surgem então, as Santas Casas de Misericórdia que trazem a noção de ajuda aos necessitados e que por vezes, ainda impera até mesmo na construção de políticas públicas atuais, onde o Estado apóia organizações sem fins lucrativos através do repasse de verbas, cedência de profissionais ou até mesmo isenção de impostos, para que estas organizações da sociedade civil implementem programas e projetos para cumprir a legislação que ele mesmo criou, porém, não tem condições de implementar.

As contribuições de Galileu como a lente de aumento que diminuía a distância entre o observador e o objeto, possibilitou aos homens e mulheres a descoberta de que existia um mundo microscópico e ser explorado. Isaac Newton (1642-1727) traz a visão mecanicista do universo, onde o corpo era visto como uma máquina perfeita onde cada órgão passa a ser reconhecido através de metáforas, o coração passa a ser bomba, o pulmão chamado de fole, o rim é filtro, etc. É a partir desta visão que surge algo que contribui de maneira negativa para a questão da diferença, pois, a partir daí

esta que antes era relacionada ao pecado, passa a ser relacionada à disfuncionalidade ou defeito da “máquina” humana. John Locke (1632 -1704) foi um dos principais teóricos do liberalismo e lutou contra a hereditariedade supostamente advinda de Deus e os privilégios resultantes disso. De Locke nos interessa a idéia de que “nada está no intelecto que antes não tenha estado nos sentidos” – da tábula rasa, que aqui se entende como a idéia de igualdade, que é um componente dos cinco pilares do liberalismo, consagrados pela revolução Francesa, que são: individualismo, liberdade, propriedade e democracia, somados à igualdade. Do pensamento burguês interessa-nos esta idéia de igualdade entre homens e mulheres. Porém mais tarde acabou se revelando a grande distância existente entre a luta e as propostas da classe emergente e o que acabou se concretizando.

Após a Revolução Francesa, a nova classe, agora hegemônica, passa a sonhar aos outros, os mesmos direitos pelos quais ela se debateu historicamente, pois, gradativamente, surge o caráter reacionário da burguesia.

A transição do feudalismo para o capitalismo trouxe mudanças profundas e que repercutem em todas as esferas sociais. Segundo Ianni (apud Bianchetti, 1995 e 2005) o capitalismo “[...] é um modo de produção material e espiritual, forma de organizar a vida e o trabalho, ou o processo civilizatório, que se expande contínua e reiteradamente pelos quatros cantos do mundo [...] impondo-se a todas as outras formas sociais de vida e trabalho.”

A burguesia, para conquistar a hegemonia, busca então, se apossar de todos os aparatos que dão suporte à sociedade. Seu ideário de liberdade, o liberalismo, que negava a hereditariedade divina e colocava os ideais de igualdade entre todos, foi o divisor de águas que possibilitou à humanidade a acumulação, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, garantindo assim o domínio do homem sobre a natureza. Com isto, o homem passa da condição de apenas suprir suas necessidades para a liberdade e a possibilidade de ascensão social através da acumulação de capital, proveniente da venda da força de trabalho.

A cada período histórico correspondem normas sociais que podem atravessar anos ou até décadas. Estas normas são construídas pelos sujeitos que a vivem e sofrem transformações a medida que as lutas sociais são travadas e direitos são conquistados.

Os estereótipos e preconceitos relacionados às pessoas com deficiência foram construídos ao longo dos anos e apesar de se referirem à épocas diferentes convivem todos juntos contemporaneamente. Apesar do desenvolvimento da ciência e da tecnologia que garantiu alguma possibilidade de igualdade, a partir da técnica de aparelhos, é na contemporaneidade, vários elementos servem de agravantes deles é as várias expressões da questão social, advindas principalmente das transformações do mundo do trabalho. Pois ao mesmo tempo que trouxe a venda da força de trabalho, possibilitou também ao capitalista a exploração desta para a retirada da mais-valia, ocasionando assim, o acirramento das desigualdades sociais.

O trato não digno da pessoa com deficiência ocorre como uma das expressões da questão social, a qual no mundo capitalista se manifesta a partir das lutas da classe, tendo como centralidade a segregação de todos os sujeitos da condição de dignidade humana. Nesse contexto, ser diferente é ser responsabilizado duas vezes por sua condição.

Para que possamos compreender a questão da pessoa com deficiência na atualidade há que se recorrer à construção histórica da cidadania de todos e em especial deste segmento societário que hoje ganha visibilidade.

2.1.4 - Cidadania e a pessoa com deficiência

A idéia de cidadania implica várias abordagens que, aliás, se transmudaram ao longo da história humana. A democracia na Grécia antiga implicava na participação direta dos cidadãos, no entanto, vale lembrar que as mulheres, os escravos e os estrangeiros não tinham a possibilidade desse exercício, portanto, apesar do modelo ideal, não era para todos.

Foi um bom modelo, tanto que analisado e difundido por vários autores de excelência como Hanna Arendt (1984) e retomado em vários momentos da história como exercício civil e social. Prova é partilha do exercício dos poderes políticos, a possibilidade de votar e ser votado, as liberdades individuais e a condição de destinatário das ações estatais, com vistas à construção da dignidade da pessoa humana.

Na sociedade moderna, firmou-se a concepção de cidadania pautadas nas liberdades fundamentais, e no primado da igualdade de todos perante a lei. Conquistas essas, que logo desmantelaram-se frente a inexorável exclusão econômica da maioria da população. Entra em cena, os movimentos reivindicatórios das garantias legais, afirmando os direitos sociais como ações estatais que compensassem aquelas desigualdades, municiando os desvalidos com direitos implantados e construídos de forma coletiva, em prol da saúde, da educação, da moradia, do trabalho, do lazer e da cultura de todos. Estes direitos pautados na concepção de cidadania, entendida como a expressão de vida digna e identificação de uma pessoa com seu povo, servindo como indicador de qualidade de vida coletiva entre as pessoas, onde ser cidadão significa que todos tem direito de acesso aos mesmos bens, culturais e econômicos da mesma forma.

Este é o pano de fundo da Constituição do Brasil, ao afirmar que a República Brasileira constitui-se em Estado Democrático de Direito, cujos fundamentos repousam na soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

A sociedade deve, portanto, superar os paradigmas da mera afirmação da igualdade de todos perante a lei, como quer o art. 5º da Constituição, e agir, efetivamente, para que a igualdade substancial de participação política, econômica e social de todos, que o acesso ao lazer, à cultura, à educação, à saúde e à moradia sejam garantidos. Eis aí o fundamento primeiro das políticas em favor de quaisquer minorias. Esta garantia, porém, deve advir principalmente de políticas públicas com qualidade, pois, a partir do momento que esta responsabilidade é transferida totalmente para a sociedade civil, legitima-se a idéia de que estes direitos podem e devem ser garantidos através do setor privado. O Estado passa a fortalecer as organizações sem fins lucrativos, filantrópicas ou assistenciais – através de convênios, para que estas realizem os atendimentos referentes às políticas, permitindo assim, a interferência delas nas decisões do poder estatal, imprimindo um pensamento hegemônico, onde a educação especial torna-se “especialidade/território” deste setor.

Quanto às pessoas com deficiência, a partir do texto constitucional e leis complementares, está se superando o viés assistencialista e caridosamente excludente para possibilitar-lhes a inclusão efetiva. Para estes, cidadania implica em ser sujeitos do próprio destino, não mais meros beneficiários de políticas de assistência social. O

direito de ir e vir, de trabalhar e de estudar é a mola mestra da inclusão de qualquer cidadão e, para que se concretize em face das pessoas com deficiência, há que se exigir do Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, por meio de políticas públicas compensatórias e eficazes. Segundo Gonçalves (apud Silva e Vizim, 2003), o crescimento de recursos públicos na parceria entre o Estado e as ONG's, é crescente nos últimos trinta anos, transformando a autonomia diante do Estado uma relação dependente. Segundo esta autora, na década de 1970, 10% dos recursos utilizados pelas ONG's eram públicos, em 1985, passavam para 30%; e em 1993, somavam 50% de seus recursos. Ora, então, se as ONG's são tão dependentes do Estado para o funcionamento de suas estruturas há que se convir que esta relação de dependência, ao mesmo tempo que faz imprimir suas idéias, também causa a relação de cumprimento das determinações estatais, funcionando quase como uma terceirização do ensino especializado. Somando-se a isto a visão “especializada” deste segmento societário, deixa esta população refém de atendimentos especializados que não necessariamente caminham na direção inclusiva.

Mesmo com o avanço legal, no Brasil, as minorias ainda não tem garantida sua inclusão, dentre elas, em especial as pessoas com deficiência ainda padecem de profunda exclusão no campo laboral, educacional e previdenciário. Prevalece, quanto a elas, a visão assistencial que finda por excluí-las, no mais das vezes, sob o pretexto da impossibilidade de execução de tarefas produtivas ou intelectuais. O que não é fato, basta um resgate histórico para verificar que as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou intelectual têm ampla perspectiva de “sucesso” educacional, profissional, desde que se lhes assegurem instrumentos hábeis a superar, em termos de resultados, os limites impostos pela deficiência.

A tecnologia, ademais, vem desenvolvendo próteses, órteses e sistemas de informática, entre outros, que viabilizam uma desenvoltura física e sensorial francamente compensatória a aqueles que as tenham comprometidas, naturalmente. Trata-se, portanto, de propiciar a metodologia de inclusão certa a cada pessoa, rompendo-se, assim, o tabu da invalidez.

Para isso, discussões em torno da definição se apresentam frequentemente, dando a impressão que é mera formalidade, no entanto, deflagra a maturidade do debate, que para buscar metodologia de inclusão, buscam antes compreender o processo e

protagonizar os sujeitos. Para tanto nesse transito histórico, já se teve “portador de deficiência”, “pessoa com necessidades especiais”, “portador de necessidades especiais”, “deficientes” e, finalmente, “pessoa com deficiência”. Segundo SASSAKI (2003, PP. 160-165),

Usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica ou sem importância,[...] o uso da terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências que aproximadamente 10% da população possuem. [...] Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época.[...] O maior problema decorrente do uso de termos incorretos reside no fato de os conceitos obsoletos, as idéias equivocadas e as informações inexatas serem inadvertidamente reforçados e perpetuados.”

A expressão “portador de deficiência” é usada na legislação brasileira, entretanto, rejeitou-se amplamente a palavra “portador”, pois nenhum indivíduo porta/carrega uma deficiência. A expressão mais usada recentemente e ora abandonada foi “pessoa com necessidade especial”, porém, deve se levar em conta que todos os indivíduos de alguma maneira possuem necessidades específicas e portanto, “especiais”, este termo evocava mais uma forma de discriminação. A palavra “deficiente”, por sua forma reducionista, causa estranheza e cria um estigma, uma vez que, sugere que a pessoa inteira é deficiente, incapaz. Sendo assim, chegou-se à conclusão de que o mais conveniente seria utilizar a expressão “pessoa com deficiência”³, já que ela permite um distanciamento entre a pessoa propriamente dita e sua condição de dificuldade.

Como se percebe o exercício da cidadania possibilita avanços significativos a esse segmento populacional, dentre eles o que recortamos nesse trabalho, o direito a educação inclusiva. Que se desdobra, primeiramente em várias garantias legais gerais, depois disposta em direitos diferenciados, e por fim em ações como as já vista acima – APAE/ESTADO.

³ No âmbito da educação, porém, usa-se o termo educando com “**necessidades educacionais especiais**”, entendendo que, não somente a pessoa com deficiência têm necessidades educacionais especiais, mas também alunos sem deficiência, ou com alguma deficiência temporária.

2.1.5 - O direito à educação para a pessoa com deficiência

No país o atendimento às pessoas com deficiência teve início no Brasil Império, com a criação de duas instituições: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamim Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), que é uma instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação dos Amigos dos Excepcionais – APAE; e em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Este atendimento, no entanto, somente é estendido aos alunos do Instituto e não à toda rede de ensino.

A partir de 1961, o atendimento educacional das pessoas com deficiência das pessoas com deficiência é contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

O que já era sinalizado na década de sessenta, no entanto, nunca fora concretizado, pois este momento histórico demarca somente o início dos movimentos para a integração das pessoas com deficiência. Para que este processo se concretizasse, no entanto, houveram avanços e retrocessos, como veremos a seguir com a Lei 5.692/71 de 1971, que altera a LDB de 1961, e destina “tratamento especial” para os alunos com deficiência. Isto, além de não promover a organização de um sistema de ensino capaz de atender este público no sistema geral de ensino, reforça a idéia de institucionalização do mesmo em classes ou escolas especiais. Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial, que tinha uma visão integracionista, porém manteve uma política

assistencial e focalista. Nesse período, nenhuma política de educação especial é efetivada, permanece a concepção de “políticas especiais” e apesar do acesso dos alunos com superdotação ao ensino regular, inexistente qualquer tipo de atendimento especializado, voltado à permanência destes alunos nas escolas.

Com a Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, que aponta para o objetivo fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Em seu artigo 205, define a educação como um direito de todos, buscando a garantia de pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Em seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um princípio para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

No Brasil, como vimos, muitos avanços de cidadania, os quais se concretizam na carta Constitucional de 1988, dentre eles está o recorte desse trabalho, o direito a Educação as pessoas com deficiência, estabelecido no Artigo 208 que consiste no: .

III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo.

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

No Estado de Santa Catarina, visando a garantia desse direito, a educação entendeu que deveria ser compulsória a matrícula dos alunos com deficiência na rede regular de ensino. Garantia essa que se efetivou quase 10 anos após a constituição, seguindo os rastros da Declaração de Salamanca de 1994, esta determinação vem a partir da LDB de 1996, Lei nº 9.394 que estabelece no Art. 4º

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 58 – Entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º - A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.”

Ainda, buscando assegurar os compromissos que o país assumiu na Convenção de Guatemala⁴ em 1999 e cumprir o decreto Presidencial Nº 3.956/2001 e a Resolução 02 do Conselho Nacional de Educação⁵, ainda em 2001 o Estado elaborou o documento “Políticas de Educação Inclusiva” (Santa Catarina 2001), o qual era,

Fundamentado nos princípios constitucionais da cidadania, democracia e participação social visando à educação pública gratuita e de qualidade a todos, referendado pela “Carta de Perenópolis”, cujo compromisso é a efetivação de uma política de educação inclusiva. Este documento estabelece metas e ações prioritárias com respectivas estratégias de operacionalização, incluindo, articulação com órgãos legislativos, judiciários e Ministério Público com vistas à supervisão e controle da legislação vigente.

No ano de 2005 através da Secretaria de Educação – SED e da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, institui a Política de Educação Especial, proposta 2006, que tem como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana que foi aprovada pelo conselho Deliberativo da Fundação Catarinense de Educação Especial, e regulamentada pela Resolução 112/2006 do Conselho Estadual de Educação.

⁴ A convenção de Guatemala ocorrida no ano de 1999, em seu artigo II, institui como objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração na sociedade.(MEC, 2004) - [HTTP://portal.mec.gov.br/index.php](http://portal.mec.gov.br/index.php)

⁵ A resolução nº 2 institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e diz “que o Sistema de ensino deve matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”

A resolução 112/2006, além de fixar as normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, também traz em seu artigo 2º, parágrafo 1º inciso V., a definição de deficiência mental.

Deficiência Mental – se caracteriza por comprometimento cognitivo relacionado com o intelecto teórico (capacidade para utilização das formas lógicas de pensamento conceitual) que também pode se manifestar no intelecto prático (capacidade para resolver problemas de ordem prática de modo racional) que ocorre no período de desenvolvimento, ou seja, até os 18 anos de idade. A pessoa, com severos comprometimentos mentais será amparada de acordo com a legislação vigente.(Santa Catarina,2006).

Com o intuito de viabilizar o processo de inclusão escolar da pessoa com deficiência e seguindo os documentos já citados anteriormente, o Estado de Santa Catarina, cria com intuito de melhorar o atendimento das crianças com deficiência de zero a quatorze anos que já tem acesso com garantia de matrícula e de frequência às escolas de educação infantil do ensino, um conjunto de recursos educacionais e serviços de educação especial, Serviço de Atendimento Educacional especializado – SAEDE e Serviço de Atendimento Especializado – SAESP, que possibilitam a permanência, com qualidade dos educandos com deficiência, condutas típicas e altas habilidades nas escolas da rede regular garantindo-lhes prosseguimento aos níveis mais elevados de ensino.

Estes serviços porém, ficam restritos ao público das Organizações Não Governamentais, chamadas congêneres, que recebem financiamento para que implementem estes serviços no Estado. Algumas escolas estaduais, contam com serviços de SAEDE, porém funcionam como uma sala de recursos, onde o educando tem atendimento no período oposto ao da aula, para treinar o uso de tecnologias assistivas que possibilitem a facilitação do aprendizado em sala de aula. Não foi possível conseguir os dados referentes à quantidades das salas que estão em funcionamento na rede estadual de educação e portanto não há informações mais precisas.

O processo de alfabetização e produção do conhecimento das pessoas com Deficiência Intelectual⁶, que antes era ação particular e segmentada de um setor, as escolas especiais, passa então a ser função do ensino regular. Os prestadores do serviço especializado, como o Instituto e a APAE passam a assessorar a escola quanto à nova inclusão e o que se refere às alternativas pedagógicas para alunos com deficiência inseridos no ensino regular.

Os professores do Instituto são pedagogos com formação em Educação Especial e realizam a assessoria à rede através de capacitações e visitas nas escolas onde alunos com deficiência estão inseridos. O Objetivo é complementar e qualificar o trabalho realizado no ensino regular, fomentando a criação e o uso de salas de recursos⁷, em cada escola que recebe um aluno especial. Lembrando que estas visitas não atendem nem ao público dos institutos, muito menos à toda demanda que está inserida nas escolas da rede regular de ensino, pois, as congêneres atendem somente a demanda de suas instituições. Apenas algumas escolas estaduais são atendidas pelo SAEDE e uma maior quantidade de escolas municipais são atendidas pelas salas de recursos.

Esse novo cenário ao mesmo tempo que garante a inclusão, gera conflito pela novidade do debate, visando suprir, formar e garantir qualidade no atendimento, cria-se em Santa Catarina os Serviços de Educação Especial que são serviços diversificados oferecidos pelo poder público, de forma direta ou indireta, através das instituições conveniadas ou congêneres à exemplo da APAE, e a Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE. Essas instituições na sua maioria são aquelas que foram criadas para garantir direitos da pessoas com deficiência quando ainda o texto legal não atribuía ao Estado essa função, sua trajetória, possibilitaria nesse momento ao Estado, poder contar com métodos e experiências já em andamento para atender as necessidades

⁶ **O termo correto para designar a deficiência mental leve, moderada, severa, profunda**, é, segundo Sasaki, 2003, “[...] deficiência intelectual (sem especificar nível de comprometimento). A nova classificação da deficiência intelectual, baseada no conceito publicado em 1992 pela Associação Americana de Deficiência Mental, considera a deficiência intelectual não mais como um traço absoluto da pessoa que a tem e sim como um atributo que interage com o seu meio ambiente físico e humano, que por sua vez deve adaptar-se às necessidades especiais dessa pessoa, provendo-lhe o apoio intermitente, limitado, extensivo ou permanente de que ela necessita para funcionar em 10 áreas de habilidades adaptativas: comunicação, autocuidado, habilidades sociais, vida familiar, uso comunitário, autonomia, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, lazer e trabalho”.

⁷ As salas de recursos inseridas nas escolas do ensino regular funcionam no período oposto ao das aulas. O profissional de educação especial do município ou do Estado deve municiar o professor de sala com instrumentos capazes de realizar o treinamento do aluno nas suas especificidades, ou seja, ensina-se o uso do ábaco ao aluno cego, ensina-se o aluno sem coordenação motora a fazer uso de tecnologias assistivas, como: computadores adaptados etc.

educacionais especiais da pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades. A dicotomia deste tipo de caracterização destas instituições, tidas como especializadas neste público, torna também o Estado refém desta “especialização”, porquê além de influir no tipo de política que o Estado vai direcionar à este segmento, interfere também no tipo de atendimento direcionado à todos sendo que somente seus alunos têm o atendimento especializado.

Essa chamada do Estado às entidades, ao mesmo tempo que amplia direitos e o debate em torno do trato com a pessoa com eficiência, permitiu também perpetuar um certo ranço individual praticado por cada setor. Por isso é importante ressaltar, que os serviços de educação especial direcionados aos educandos matriculados na rede regular de ensino terão sempre caráter complementar e ou suplementar e podem ser: Serviço de Atendimento Educacional Especializado - SAEDE e Serviço de Atendimento Especializado - SAESP.

Para os educandos que além do ensino regular freqüentam os Centros Especializados⁸, serão oferecidos serviços específicos, de caráter reabilitatório e de atendimento pedagógico específico, de caráter complementar ou suplementar ao ensino regular. Estes Centros poderão ainda disponibilizar, na perspectiva das diretrizes da política de educação Especial, outros serviços de natureza social ou educacional, como educação profissional, centros de convivência, casas lares, como é o caso da APAE.

O encaminhamento das pessoas para os serviços deverá ser realizado pela equipe de diagnóstico da Fundação Catarinense de Ensino Especial, ou por equipes credenciadas por esta, fundamentado nos documentos das diretrizes de cada um dos serviços. Estas diretrizes, intituladas "Diretrizes para Atendimento Educacional Especializado" e "Diretrizes para Atendimento Especializado", (SANTA CATARINA, 2001) estão organizadas para contemplar os critérios de implantação, estruturação e funcionamento dos Serviços de Educação Especial nas áreas das deficiências, condutas típicas e altas habilidades.

Será constituída uma equipe multidisciplinar, vinculada a Diretoria de Ensino Pesquisa e Extensão da FCEE, articulada com a Diretoria de Educação Básica da SED. Esta equipe terá como função: implantar, assessorar, capacitar, acompanhar e avaliar os

⁸ Centros Especializados refere-se a todas as entidades que prestam serviços-dia de atenção à política de educação especial. Sendo a APAE um exemplo.

serviços de educação especial, em consonância com as equipes técnicas dos Centros de Atendimento da FCEE.

Na APAE o SAEDE tem caráter complementar à educação escolar e conta com uma equipe multidisciplinar (coordenador pedagógico, serviço de psicologia, assistência social, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia), que se responsabiliza pelo funcionamento do serviço, capacitação dos professores de sala, acompanhamento e assessorias realizadas nas escolas da rede municipal e estadual de ensino. Tem como objetivo investigar e desenvolver estratégias pedagógicas que possibilitem a organização da estrutura do pensamento do educando com deficiência intelectual, possibilitando avanços significativos no processo de aprendizagem. Os educandos que fazem parte do SAEDE estão na faixa etária de 06 a 14 anos, com deficiência mental associada ou não a outras deficiências ou com transtorno invasivo do desenvolvimento. O atendimento é duas vezes por semana, em grupos organizados de acordo com a sua faixa etária.

Na APAE o SAEDE se efetiva da seguinte forma, os professores –com formação especial- que atuam na APAE em atendimentos diferenciados durante a semana, acompanham in lócus, ou seja, na escola, uma vez por mês o atendimento de alunos em comum a APAE que freqüentam o ensino regular. O Objetivo das visitas nas escolas seria um suporte especializado ao professor (A) que tem em sala um aluno com deficiência. Efetivamente, essa prática tem várias contradições, em algumas escolas, as orientações são bem vindas, em outras nem sempre, a inclusão do diferente ainda gera polemica. Alguns alunos, cujo a deficiência é mais severa, contam em sala cotidianamente com um professor auxiliar –disponibilizado pelo gestor do serviço de educação- para assessorar a sala enquanto a professora atende o aluno com deficiência. Nestes casos, o professor do SAEDE orienta também o professor auxiliar, socializando com ambos –professor e auxiliar- técnicas e estratégias que deram certo com o referido aluno no contexto da APAE, também auxiliam na proposição de adaptadores e instrumentais necessários para o bom atendimento do aluno.

Nesse contexto de atendimento especializado e SAEDE, um parceiro indispensável é a família, não só na troca e suporte a política, ela deve ser também orientada quanto as novas técnicas e estratégias pedagógicas a serem implementadas com o aluno, disso depende o êxito da proposta, pois a família é o local que oferece a primeira formação à todos os indivíduos, com ou sem deficiência. É o primeiro grupo

social do qual fazemos parte, onde construímos nossa individualidade e identidade. Por ser o lugar de formação primeira torna-se também o lugar privilegiado onde estas pessoas adquirirão voz e, portanto, visibilidade. É através das famílias das pessoas com deficiência e suas lutas, que direitos foram reconhecidos e conquistados. Atualmente, é crescente a necessidade da família adquirir a compreensão de que está inserida em um contexto social, que influencia o indivíduo tanto no sentido de integrá-los ou de excluí-los. A legislação que trata dos direitos referentes ao indivíduo com deficiência, que é fruto de debates e embates tanto nacionais como internacionais de nada valerá sem a participação da família municiada e posicionada perante a sociedade, capaz de reivindicar e lutar pela ampliação dos direitos já conquistados e antes mesmo até pela garantia de que estes direitos sejam respeitados.

É de extrema importância que estes pais estejam instrumentalizados e mobilizados para participar, apoiar e trabalhar em conjunto com as escolas, professores para reivindicar do poder público o cumprimento das políticas públicas que prevêm a inclusão de todas as pessoas em todos os espaços da sociedade. É fato, e a história recente deste segmento societário comprova, que várias concepções, estigmas e preconceitos permearam a construção da identidade destes indivíduos e, portanto, a cooperação da família é de extrema importância para que o processo de inclusão se efetive de maneira que os indivíduos se beneficiem e busquem a emancipação e a cidadania.

SEÇÃO II – CAMPO E AS ESTRATÉGIAS

3- METODOLOGIA

Nossa pesquisa de campo buscou compreender parte do movimento e apreensão das famílias sobre a inclusão de seus filhos com deficiência no ensino regular. Nosso objetivo também é fazer uma reflexão acerca das contribuições do Serviço Social para o processo de inclusão escolar, focando desvelar se há nesse processo, por parte dele a busca pelo fortalecimento da família.

As motivações para a realização deste trabalho se originam primeiramente, do universo particular e subjetivo da pesquisadora na condição de mãe de uma pessoa com deficiência. E segundo, como usuária dos serviços de atenção especial, reconhecendo em comum a dificuldade das famílias em lidar com a complexidade dessa demanda, a deficiência, frente a ausência e o descaso do poder público e da sociedade em geral, que além de demandarem precariedade subsidiam a perpetuação do preconceito, da comiseração e do estigma com que as pessoas com deficiência são vistas.

Desde o início da graduação procuramos direcionar os trabalhos acadêmicos e pesquisas para o tema da deficiência, sempre buscando respostas às indagações a

respeito da efetivação de direitos e procurando entender este segmento como produto de uma construção histórica e que perpassa todas as políticas públicas.

O leitor pode questionar a relação pesquisador/pesquisado, buscando talvez, a neutralidade do pesquisador, porém a objetividade segundo Japiassu na obra “O Mito da Neutralidade Científica”, diz que:

[...] a objetividade não existe. O que existe é uma objetivação aproximada ou um esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é e não naquilo que gostaríamos que ela fosse. Bachelard fala de conhecimento aproximado. Sem dúvida, o projeto do conhecimento científico é atingir a realidade naquilo que ela é. Mas esse projeto é irrealizável. Só conhecemos o real como nós o vemos; o sujeito constrói o objetivo de sua ciência. A objetividade não passa de um ideal: nenhum sujeito a realiza. Donde o conceito de objetivação. (1975 p.11)

Acreditamos que a dúvida que move o pesquisador é o resultado de suas experiências pregressas, que podem transcender um projeto individual para se tornar um debate público e comprometido com uma coletividade difusa.

Para a concretização da proposta utilizamos a metodologia de análise qualitativa, pois ela, além dos objetivos amplos de descrição, do desenvolvimento conceitual e do teste de conceitos, possibilitou desempenhar uma combinação com outros métodos, dentre eles, a análise do discurso, por ocasião da análise dos documentos históricos da pesquisa (GIL *apud* BAUER; GASKELL, 2000)

Através de aproximação gradativa com as famílias na Instituição, procuramos estabelecer vínculo, para então, através de visitas as residências – com agendamento prévio- efetivar as entrevista que dispuseram de um roteiro semi-aberto e foram gravadas.

Essa atividade foi favorecida pelo reconhecimento institucional possibilitado pela prática de estágio curricular no período de um ano – 2008. O objetivo ao ingressar na instituição era trabalhar com o Serviço de Atendimento Educacional Especializado, favorecendo ainda mais o reconhecimento de hipóteses e o delineamento dos objetivos deste trabalho.

Desse programa, que atende hoje 195 crianças e adolescente e por conseqüente 180 famílias, fizemos o recorte das famílias que apresentavam vulnerabilidades sociais significativas, que soma cerca de 50 do total acima, destas, pegamos um universo de 10 famílias que diz respeito a 20 % do público. Esse recorte, de certa forma reduzido, se justifica na complexidade de situações que passa uma família que agrega, uma pessoa com deficiência. Tomamos o cuidado para não implicar, nossa pesquisa, em mais uma mera intervenção no cotidiano desse público que já encontra-se desgastado pelo vai e vem na garantia de direito, e pela constantes investidas em suas famílias pela condição da deficiência de um de seus membros.

Importante ressaltar que no início do estágio, elaboramos um projeto de intervenção que previa visitas domiciliares para a aproximação e conhecimento das famílias e num segundo momento, previa a realização de reuniões mensais com estas famílias, dez ao todo, para que trocassem experiências resultantes do processo de inclusão escolar de seus filhos, objetivando o reconhecimento como sujeitos coletivos e o fortalecimento das famílias, através da informação quanto a todos os procedimentos e processos pelos quais elas passaram, desde o ingresso na rede regular de ensino até agora. Como há diversidade de escolas e metodologias aplicadas a estes alunos, consideramos que encontraríamos experiências boas e outras nem tanto e, que, esta troca seria proveitosa para todos. Porém; no decorrer das visitas, não encontramos nenhuma experiência inclusiva⁹ e sim integrativa, onde se mantém o aluno com deficiência na escola por conta de uma legislação, onde, o professor não tem a mínima idéia do que fazer com aluno deficiente. Ao passo que alguns pais também não fazem idéia de como é seus filhos estarem incluídos no ensino regular, uma vez que só cumprem a cobrança legal de inseri-los muitas vezes olhando este processo apenas como umas horas de alívio para pensar em outras coisas.

Nessa busca percebemos ainda, que uma ou outra família até acreditava que seus filhos poderiam estar realizando outro tipo de atividades, mas não conseguiram elaborar o quê e como. Outros, mais reflexivos, entendem que deveria haver um jeito de cobrar da escola a efetivação do que entendem por inclusão, que seria a participação do aluno em todo processo de ensino-aprendizagem, mesmo que isso demandasse um

⁹ A Educação Inclusiva atenta a diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos, conforme preconiza a Resolução nº 2 de 2001.

tempo ou uma dedicação maior, tanto por parte da escola, como da família, entretanto, não se reconhecem como sujeitos coletivos aptos a provocações e se sentem desabilitados para buscar a efetivação desses direitos.

Entendendo a família como principal articulador para que o processo de inclusão se efetive, decidimos pesquisar o processo de inclusão sob a ótica da família, procurando as causas da desarticulação com que este processo se dá no município de Florianópolis.

Apesar dos avanços da legislação, do aparato estatal para que a inclusão seja implementada observamos não haver muitas experiências positivas neste campo.

No campo da deficiência intelectual, que foi o universo observado, as experiências positivas se tornam ainda mais escassas, talvez devido ao estigma que acompanha o diagnóstico da deficiência. Os professores da rede regular de ensino ainda não estão totalmente familiarizados com o modo de trabalhar com estes alunos e os pais ainda não têm parâmetros definidos, e talvez nunca os terão, sobre o que esperar deste processo. A criança com deficiência intelectual carrega o estigma de “incapaz” a respeito de sua capacidade de aprendizagem. O imaginário popular vislumbra estas pessoas como infantilizadas e sem condições de participação efetiva de suas próprias escolhas, não tendo condições, portanto, de adquirir conhecimento.

Observa-se nas escolas crianças integradas e socializadas, e professores confusos sem saber que tipo de conteúdo apresentar a estes alunos, quais suas condições de aprendizado, pois não se aplica o mesmo tipo de avaliação do restante do grupo. São muito pequenos ou ganhos ou avanços pedagógicos destes alunos, pois a falta de preparo dos professores e o não entendimento de que uma sala onde esteja uma criança com deficiência exige do professor um planejamento específico de aula que inclua atividades para que este aluno adquira o conhecimento que será repassado à todos.

Faz-se necessário reconhecer o elo que falta na corrente para se efetivar a inclusão desejada. Será a falta de profissionais capacitados para ensinar? Será a falta de um currículo que contemple a diversidade? Será a falta de comprometimento dos pais com a escola? Será que só os alunos com deficiência sofrem com os problemas acima citados? Será que falta de mobilização social para que estes sujeitos tenham vez e voz? Será que há super-proteção dos pais? Comiseração dos professores? Negligência da

escola? Ou será que todos estes fatores juntos contribuem para a derrocada da inclusão escolar?

Para elencar alguns indicadores para essas perguntas, começamos questionando a idade em que o membro da família com deficiência ingressou no ensino regular, com objetivo de apurar se já era iniciativa própria da família ou foi uma imposição da APAE a partir da legislação vigente, à exemplo da Resolução nº 2/2001. Em seguida, tentamos reconhecer quais as escolas, se municipal ou estadual, uma vez que o atendimento de cada uma se difere devido a gestão.¹⁰ Em seguida levantamos indicativos de satisfação por parte das famílias quanto a essa nova modalidade de inclusão. Se o acesso do filho no ensino regular mudou algo na rotina deles, ou só acresceu no sentido de ser mais uma instituição para se levar o filho, ou ao contrário, mais um lugar para ocupá-lo ao invés de estar em casa. Para então, tentamos fazer um reconhecimento das formas de participação das famílias, além de apurar as dificuldades, objetivamos com isso, refletir se elas –as dificuldades- estão no campo do reconhecimento do que seja um direito ou no acesso e efetividades destes.

Em forma de gráficos vamos discorrer esses resultados, tentando refletir para além dos dados quantitativos, pra isto, contamos com experiência de estágio na APAE, que possibilitou além de uma interação prévia junto a essas famílias quando em orientações diversas e até mesmo na rápida aplicação do questionário dessa pesquisa que se deu *in locus*, como na obtenção de dados cadastrais e do histórico de cada uma delas. Fato este, que no nosso entender facilitou a comunicação e a expressão dos entrevistados, além de estarem eles em seus territórios.

GRÁFICO 1

¹⁰ A rede municipal conta com escolas pólos que são referência no atendimento educacional especializado que assessora e atende todas as escolas da rede, já a rede estadual conta com alguns SAEDs prestado por profissionais da Fundação Catarinense de Educação Especial.

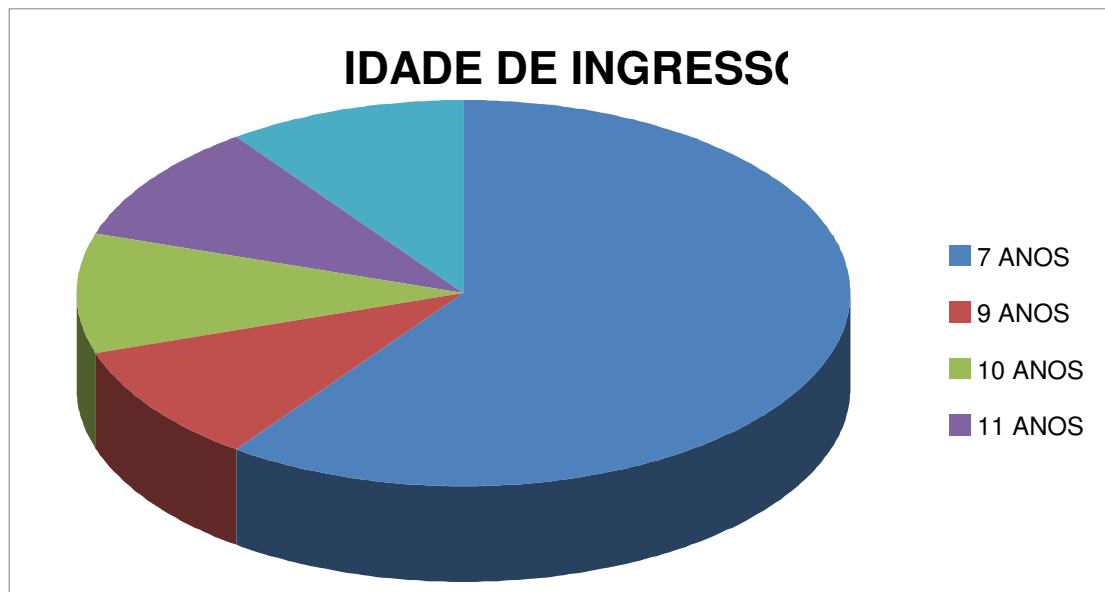


Gráfico 1 – Idade de Ingresso

Na análise da idade de ingresso, verificou-se que apenas um aluno, entrou no ensino regular, já na educação infantil, e, por iniciativa da família que estava orientada por técnicos da APAE/PR. Elementos que nos subsidia a concluir que a orientação à família, pode diretamente subsidiar ações inclusivas a seus membros. Entretanto, essa mesma família ao responder sobre a satisfação acerca dos serviços mostrou-se um tanto indiferente, como se não fizesse muita diferença no desenvolvimento do seu filho.

Outra situação peculiar neste gráfico, no que se refere a idade 7 anos, foi uma inclusão via Conselho Tutelar na APAE - na ocasião esta entendia que o referido aluno não era seu público- ao incluí-lo, a APAE, por sua vez, condicionou os atendimentos a frequência escolar. Temos aí, o enfrentamento legal para a garantia de um direito já preconizado, tudo isso, por limites institucionais de atendimento às várias especificidades das deficiências. Os demais, a partir da 2005 com a implementação do SAEDE, foram obrigados a frequentar o ensino regular para garantir os atendimentos especializados. Apesar da idade ser um dado relevante para esta pesquisa, observa-se que para as famílias, não há muita importância seus filhos estarem inseridos em turmas abaixo de sua idade, o que entendemos como mais um fator excludente dentro da própria escola, pois, segundo NEVES (apud SILVA e VIZIM, 2003 p. 153) “O imaginário faz vislumbrar um grupo de pessoas infantis, sem condições de participação e de efetivação de suas escolhas” . E isto talvez seja um dos fatores que levam os pais a aceitarem atendimentos que não condizem com a proposta inclusiva. Estas dificuldades

refletem a falta de estrutura que os sistema educacional atual apresenta para a implementação da inclusão com qualidade, pois poucos são os SAEDE's nas escolas estaduais. Já as escolas municipais, que contam com salas multimeios, um recurso a mais para esse público, atendem somente em escolas-pólo que obviamente não dão conta de toda a demanda por este tipo de atendimento.

A falta de inclusão em idade certa, denota a falta de informação por parte das famílias, que pode por sua vez sub entender a falta de investimento nos recursos humanos que trabalham com o público especial, ha um amadorismo e falta de clareza do que fazer. Exemplo, o professor de sala de aula não necessariamente deve entender dos instrumentos usados para facilitar o aprendizado do aluno com deficiência e sim estar bem amparado pelo professor especializado que instrumentalizará o aluno para que ele possa ter um bom aproveitamento do aprendizado proporcionado à todos em condições de igualdade nas salas de aula comuns. Ex. O professor de sala não necessita saber usar o ábaco para ensinar o aluno cego a fazer contas, e sim, deve saber ensinar a fazer contas. O uso do ábaco deverá ser ensinado pelo professor especializado em atendimento complementar ao ensino regular.

GRÁFICO 2

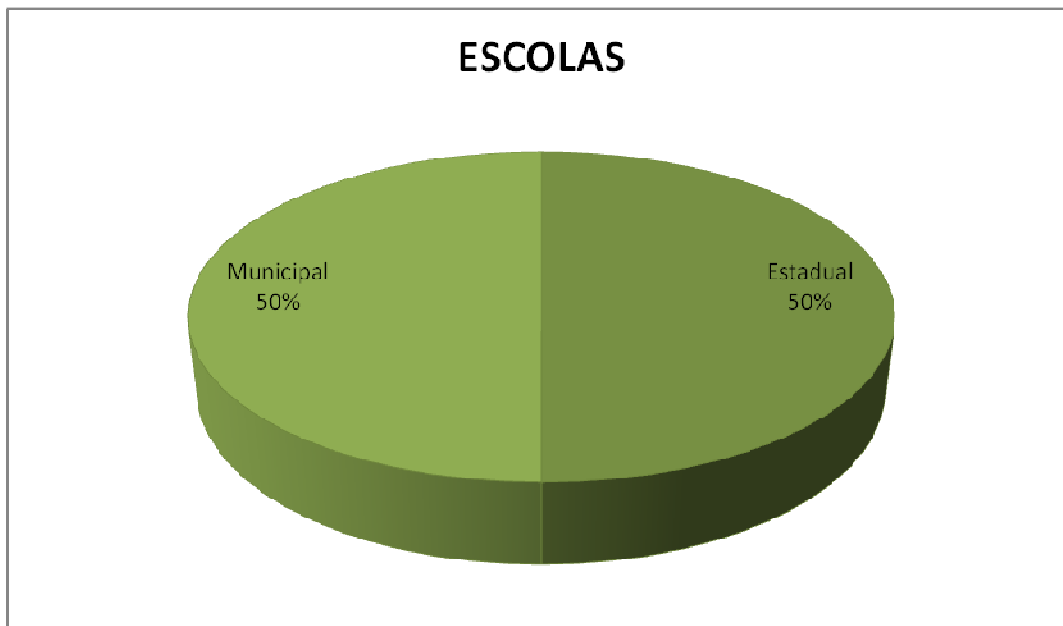


Gráfico 2 – Escolas

Mapeamos quais as escolas freqüentadas pelos alunos em comum a APAE, mais no sentido de referenciar as diferenças na gestão da instituição no que diz respeito à política de atendimento as pessoas com deficiências. No Estado de Santa Catarina, as escolas municipais “estão” responsáveis pelo ensino fundamental, já as estaduais, prioritariamente pelo ensino médio. Isso repercute diretamente na forma de atendimento, já que as prioridades se diferenciam. Um aluno de escola estadual fica prejudicado nesse cenário, pois estas, devido ao foco, não priorizam a inclusão dos diferentes em seus primeiros anos de inclusão e nem depois à medida que não disponibilizam, na sua maioria, de salas de recursos. Importante ressaltar que todos os alunos pesquisados cursam o ensino fundamental.

As orientações dadas aos familiares quando na procura por uma escola estadual, é que busquem matrícula numa municipal, ou seja, os técnicos admitem indiretamente, porque não declaram formalmente, não estarem preparados para tal público. Temos nitidamente dois tipos de serviços, que se diferenciam pela concepção de gestão local do instrumento escola, pois, a Fundação Catarinense de Educação Especial tem abrangência estadual poderia e se propões a isso, intervir mais efetivamente nos dois espaços, no entanto o requisito *in lócus* parte de quem tem mais público, os demais se atém a capacitações e outras plenárias coletivas.

Mesmo assim, verificamos que o número de alunos, do nosso universo de pesquisa, que estudam em escolas estaduais são iguais ao de escolas municipais, o que implica diretamente no prejuízo de uma metade que por força do território ou da lei acessam essas escolas.

GRÁFICO 3

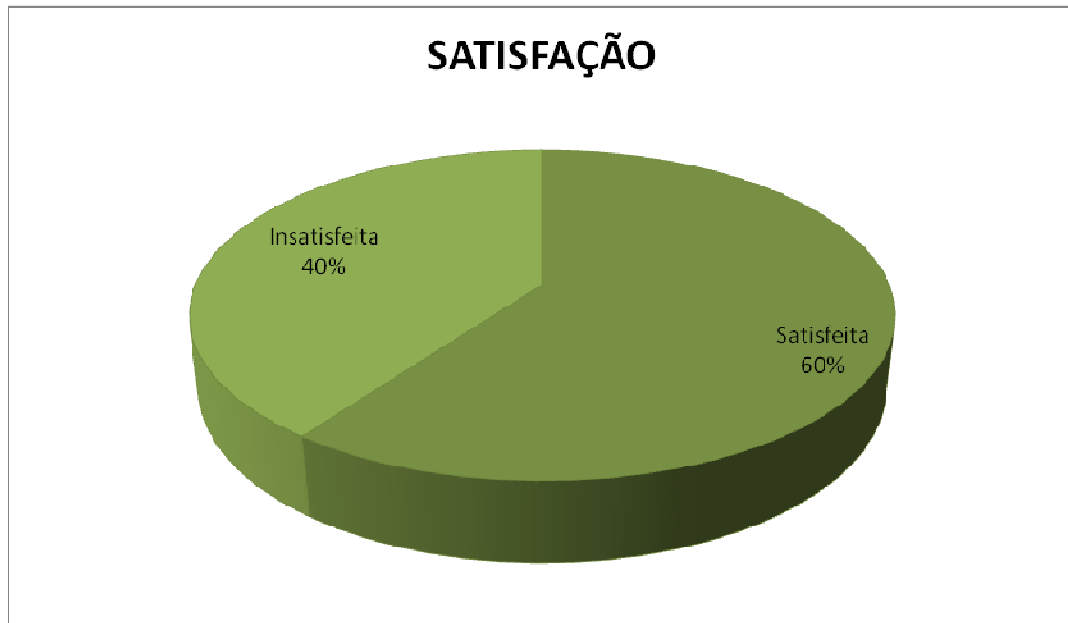


Gráfico 3 – Satisfação

Esse gráfico sobre satisfação foi pensado para alcançar alguns olhares sobre essa nova modalidade de inclusão. O que as famílias entendem e pensam sobre esse processo e ao atendimento a elas dispensado.

Verificou-se que nos 60% de satisfeitos que o gráfico apresenta, encontram-se famílias que por não acreditar no potencial do filho deficiente, avaliam os serviços como bons, à medida que os inserem para um cuidado fora do espaço familiar, constituindo-se num momento de alívio para a família. Isso denota, uma troca clientelista, pois essa família ao defender a satisfação nessas condições, entende o serviço como um favor e muito poucas vezes reivindicará melhorias ou acompanhará os processos institucionais do filho. Estabelece-se aí duas instâncias de atendimento, a do eu não falo, porque não entendo, ou melhor assim do que nada.

Mas nesse grupo de satisfeitos estão também as famílias que participam, aquelas que fazem a crítica aos serviços por não potencializar seus filhos. Essa crítica, apesar de coerente ao processo e de demandar participação, é individualista, pois visa responder aos anseios de uma pessoa ou família, à medida que estes, ao serem atendidos em suas imediatidades acabam por aprovar e se contentar com as pequenas mudanças relativas à seus filhos, mudanças estas que as vezes não se estabelecem por não alcançarem as estruturas ou os métodos de atendimento gerais da instituição, são respostas e não incorporações.

O grupo dos insatisfeitos, 40%, incluem vários olhares, dentre eles estão aqueles, cujos filhos têm parecer da equipe interdisciplinar da APAE de que não precisa na escola de professor auxiliar, pois a criança é independente nas tarefas da vida diária. Os reclames giram em torno diretamente sobre isso. Afirmando haver incoerência nesse parecer, pois há necessidade de alguém que planeje atividades, que incluam os alunos dentro do contexto da sala de aula independente do agravante da deficiência, ser deficiente aqui é condição para o professor auxiliar.

Se preconizamos em lei¹¹ a busca pela autonomia dos sujeitos com deficiência, esse parecer técnico, emitido pela equipe interdisciplinar da APAE é coerente, no entanto, temos uma realidade onde a escola ainda não esta preparada para atuar com tais questões, isso implica em afirmar que todas as salas de aula que tenham alunos com deficiência deveriam ter um segundo professor, até que a escola se habilite não só no debate como na efetiva inclusão deste público. Isso não implica em satisfazer a tutela advinda de algumas famílias, que entendem que seus filhos devem ser monitorados o tempo todo no espaço escolar, pois o professor auxiliar é um agente que possibilita ao professor de sala atender igualmente o aluno com deficiência, e não um cuidador integral.

A satisfação aqui, para essas famílias deveria ser o atendimento com foco em cada aluno, no entanto, com atividades iguais a todos, ou seja, mesmo um aluno não dando resposta no mesmo ritmo que os demais, não deve receber atividades diferenciadas, seu nível de deficiência não implica em segmentação e sim em atendimento diferenciado dentro das ações do coletivo.

¹¹ Estamos aqui falando de toda legislação à respeito da pessoa com deficiência já citada anteriormente.

GRÁFICO 4

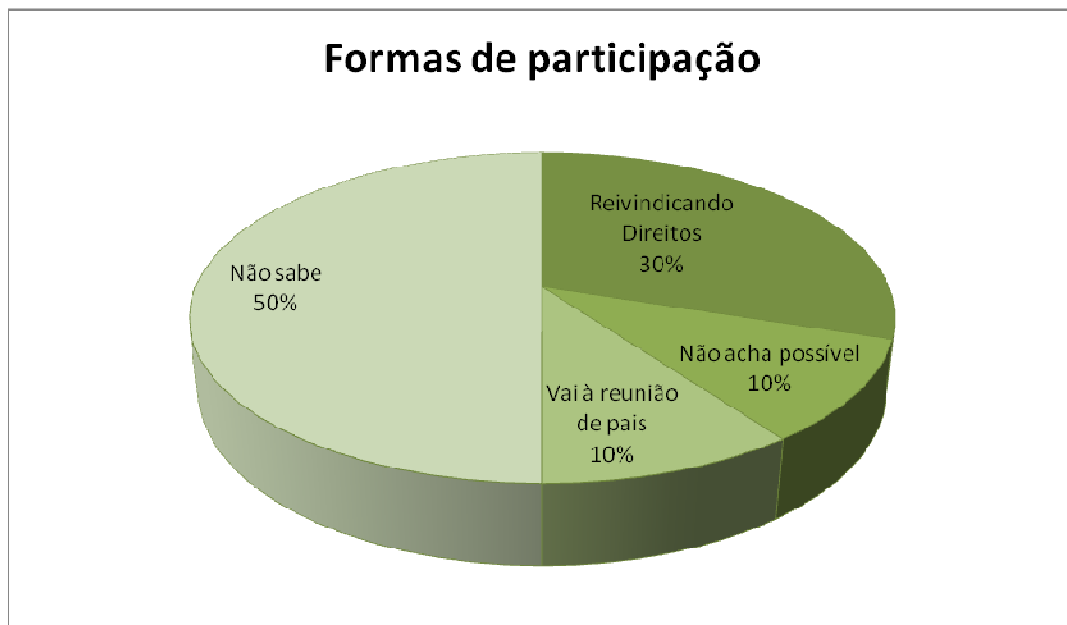


Gráfico 4 – Formas de Participação

O gráfico sobre a participação pretende observar nas famílias as formas que elas encontram para reivindicar seus direitos dentro da escola e da educação especial. Pretendia-se identificar de que maneira estas famílias entendem o processo de inclusão e como poderiam participar dele, de modo a colaborar para sua efetivação.

Algumas famílias entendiam que sua participação era estar presentes nas reuniões institucionais, porém; não aprofundaram se esta participação se dava de forma efetiva, ou seja, se colocavam suas preocupações e debatiam em busca de soluções, ou apenas comparecem às mesmas. O comparecimento das famílias na APAE não demonstra participação efetiva, até mesmo por que estar não implica em participação. A não adesão a construção coletiva implica também na forma do chamado a esse exercício. Na APAE a participação é mínima, assim como em quase todas as instituições escolares. Apenas um dos entrevistados questionou sobre quais instâncias deveria procurar para solucionar problemas recorrentes na escola, entendendo não ser este o papel da APAE já que seus filhos estão inseridos no ensino regular e cabe à escola a solução de situações que ocorrem dentro do âmbito escolar.

Outros pais entendem que por seus filhos estarem inseridos na APAE, todos

os problemas referentes à eles devem ser solucionados pela Instituição, mesmo que estes se dêem no ambiente escolar. Metade do universo pesquisado no entanto não soube dizer de que maneira poderiam contribuir para a efetivação do processo.

A participação aqui é exercida como algo delegativo e regulador, não há a prática de interação e controle social. Isso se deve em boa parte pela cultura política que temos, de delegar ao outro fazeres coletivos, somado a contaminação das resoluções individualista. Mas, principalmente aos limites institucionais, os quais se apresentam principalmente na cobrança do que pode, e do que não pode. As instituições em sua maioria vivem mais em função delas mesmas do que das famílias. Criam regras para elas e obrigam as famílias a cumprirem, reclamando cheias de autoridades e culpando as famílias quando não há participação. Onde não há construção coletiva, que presuppõe o exercício da cidadania, não há participação, portanto é até louvável que as famílias não corroborem com esse autoritarismo. No entanto, há que se pensar outras práticas de interação e participação, caso contrário, um público estará sempre em prejuízo, pois precisam urgentemente serem incluídos com igualdade, considerando suas diferenças.

Comprendemos entrar aí uma das grandes defesas e intervenções do Serviço Social numa instituição como a APAE por exemplo, a defesa das famílias, a busca pelo assessoramento a estas de forma integrada e garantidora de direito para além do papel. Afinal, defesa da classe trabalhadora, luta pela equidade social, são compromisso que compõe o projeto-ético-político desta categoria. Garantir isso, implica muitas vezes em criar mal estar institucional, mas as instituições, devido sua história e apoio técnico, se recompõe mais rapidamente do que as famílias.

GRÁFICO 5

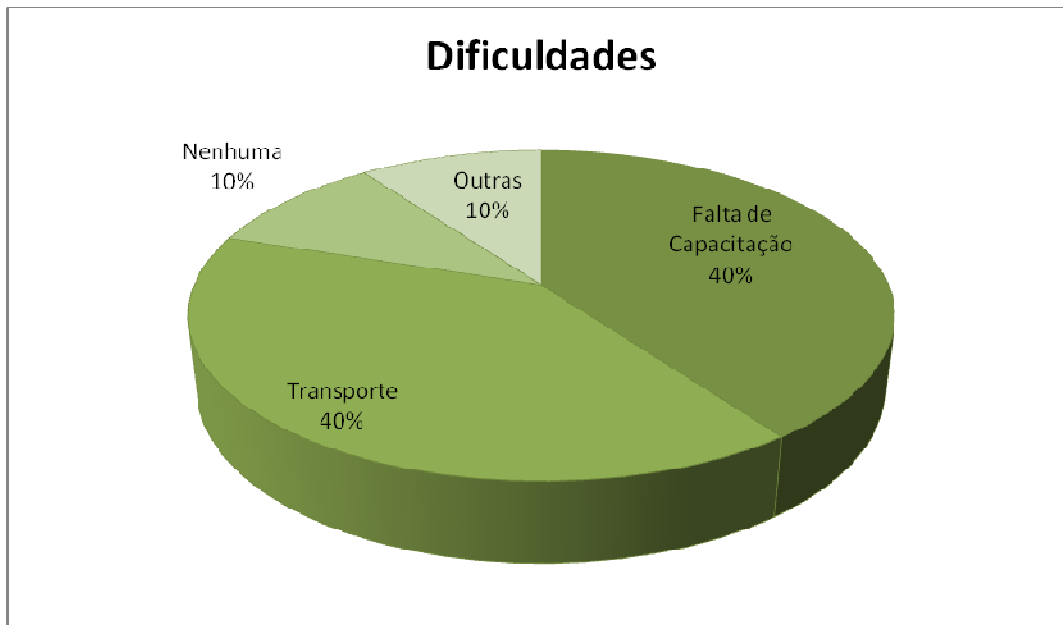


Gráfico 5 - Dificuldades

Tornou-se uma pergunta de pesquisa, quais as dificuldades encontradas na garantia da inclusão da pessoa com deficiência, para entender como estas famílias estão inseridas no processo, como isso acontece, quais os possíveis entraves que dificultam a efetivação destas garantias. Procurou-se também entender através do relato das dificuldades o que estas famílias entendem por processo de inclusão, que como veremos mais adiante ainda há o entendimento de que a escola deve tutelar de forma protetiva estes alunos diferentemente dos demais.

As dificuldades relatadas pelas famílias no processo de inclusão são condizentes com a realidade observada durante o período de estágio no SAEDE/APAE, pois, apesar da legislação estar em vigor já há alguns anos, sua implementação é recente e revela o despreparo das escolas e dos professores em reconhecer qual o seu papel dentro do processo. Pois como a inclusão é um processo de responsabilidade conjunta entre a escola, professores de sala, professores SAEDE e dos pais, torna-se difícil para a escola assumir este aluno em sua integralidade.

Os pais relatam que os alunos não estão inseridos em todas as atividades e

que à eles são destinadas atividades diferenciadas que não acompanham o currículo da escola. A escola se exime da responsabilidade sobre este aluno e até mesmo de rever sua didática, quando solicita à APAE, contato com a família para descobrir as causas da infreqüência deste aluno na escola. Ora, se a escola tem em seu quadro discente, alunos com deficiência, deve assumí-lo na sua integralidade, ou seja, todos os assuntos referentes à ele e que dizem respeito ao comportamento escolar devem ser resolvidos pela escola.

O atendimento especializado refere-se à adaptação de atividades de modo que esteja mais próximo à realidade daquele aluno e que ele tenha condições de fazê-lo sem passar por constantes frustrações. Grande parte das dificuldades relatadas refere-se à falta de capacitação dos professores de sala, que exprimem justamente esta ansiedade, "o que fazer com este aluno em sala de aula", as equipes das escolas confiam esta responsabilidade aos professores especializados que muito pouco contato têm com os professores de sala, pois as visitas são realizadas mensalmente e muitas vezes as orientações são repassadas ao orientador escolar, à diretora da escola e o professor de sala não está presente devido ao cumprimento de carga horária excessiva.

Em igualdade de relatos está a dificuldade de transporte destes alunos para a sua escola, pois alguns são cadeirantes e se torna impossível em algumas situações transportá-los nos dias de chuva, com a agravante de um aluno em que sua cuidadora é a avó, e não tem condições físicas de transportá-lo à escola. A questão do transporte escolar é também comum à todos os alunos, pois muitos têm dificuldade em chegar às escolas seja pela distância, seja pelas condições das estradas. Já o atendimento na APAE oferece transporte, o que facilita a freqüência dos mesmos aos atendimentos e talvez por este motivo, apareça aqui como uma dificuldade importante.

Cabe portanto, a discussão sobre o atendimento de SAEDE feito por uma entidade particular, a qual oferece serviços, pelos subsídios que tem, que o Estado não oferece, apesar de constar na LDB. As famílias entendem como direito, mas não o buscam na Secretaria de Educação/Estado e sim na APAE. Fica aqui um campo importantíssimo a medida que é viabilizador e garantidor de acessibilidade, descoberto, pois algumas entidades que fazem atendimento à pessoas com deficiência oferecem o transporte à exemplo da APAE e AFLODEF – Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, porém este transporte é exclusivo para atendimentos reabilitatórios. Frente a isso, como é possível se falar de inclusão e atendimento integral a esse público?

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos a expansão da oferta dos serviços da área social pelas organizações não governamentais, corrobora e legitima o discurso estatal, que aponta para a inviabilidade de ações governamentais, sugerindo assim, uma retração progressiva deste perante esta população.

A chamada terceirização destes serviços, portanto, mesmo que qualificados como ações para o fortalecimento da cidadania e efetivação de direitos, ao serem institucionalizados se constituem em estratégias para a segregação e atendimento de minorias marginalizadas, reforçando a exclusão social destas pessoas.

Há que se criar estratégias na busca de superar esta condição, uma vez que, as entidades particulares cumprem uma ação não realizada pelo poder público, porém, ainda mantém ainda um forte apelo caritativo e filantrópico, apesar delas estarem vinculadas diretamente ao poder público por meio de financiamento, mas corroborarem para a divulgação de um Estado falido.

Para a população usuária não fica claro que os atendimentos recebidos são responsabilidade do Estado, devido à chamada terceirização, e, portanto, não se acham capazes de exigir um atendimento de melhor qualidade ou que atendam suas especificidades, instala-se aí a prática do clientelismo, historicamente combatida pelo Serviço Social. Como se não bastasse essas ações fragmentadas, instaura-se nesse cenário uma grande demanda reprimida por este atendimento, pois, mesmo que a legislação avance na direção inclusiva, não é na mesma proporção que se oferece os serviços que viabilizem esta ação. Portanto, a discussão por qualidade e inclusão fica submersa pela busca desesperada das famílias por qualquer serviço, legitimando portanto, a prestação desqualificada ou com uma ideologia que não seja a de inclusão social justa.

Segundo dados do IBGE, em 1970, a população brasileira era de 93.139.037 pessoas. O MEC utiliza-se de parâmetros da Organização Mundial da Saúde – OMS,

que diz que dez por cento da população dos países subdesenvolvidos tenham algum tipo de necessidades especiais, então, 9.313.904 pessoas necessitariam de atendimento especializado, porém a taxa de matrícula de 1974 indica que a oferta de serviços estava em torno de 1%. E em 1996, a taxa de matrícula era de 104.268, gerando um percentual de 0,7% de matrículas para algum tipo de atendimento. Em 2000, o Brasil possuía 169.590.693 habitantes e a taxa de matrícula era de 2,3%. A partir desses números, onde verifica-se uma inclusão mínima da pessoa com deficiência é possível afirmar que a educação especial brasileira – que não foge a essa regra - assume assim, dentro da política educacional brasileira um caráter assistencial, com o atendimento através de organizações privadas sem fins lucrativos à exemplo da APAE, que surgiram num contexto histórico, onde o Estado se retira.

As políticas sociais então, ficam aquém das necessidades das pessoas e o que deveria ser visto como direito, se transmuta em benefício, fazendo com que o sujeito seja subjugado à condição de subserviência ao modelo econômico que exclui a partir do momento que prioriza na política social, o combate à fome, a educação básica e qualificação profissional¹². Lembrando que estas prioridades servem somente ao modelo adotado no país de crescimento sustentado e estabilidade econômica, visando deflagrar processos de transformação econômico-social para atingir metas com maior rapidez a fim de manter o modelo trazido pela globalização de mercados e liberação econômica.

Durante o período de estágio na instituição pudemos observar todos os fatos aqui analisados sob luz da teoria e outros que perpassam a realidade institucional como o fato de estarem convivendo no mesmo espaço profissionais do estado, do município e profissionais contratados pela instituição, onde todos estão submetidos à um estatuto e regras institucionais.

No campo de estágio, há práticas e compromissos diferenciados, há professores pouco comprometidos com a Instituição, como outros que “vestem a camisa” apesar de não fazerem parte dela, o que demonstra compromisso individual com a demanda. Esse contraditório gera muitos conflitos, desde o pedagógico e interdisciplinar até os mais simples que se referem ao cotidiano funcional, como faltas injustificadas dentre outros. Isso mostra que parte do compromisso é subjetivo e se refere à trajetória de cada sujeito, mas a boa parcela de “culpa” nesse processo é a ingerência da política. A ingerência, deflagrada nessas práticas é tanto da política

¹² Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil (1996).

pública que delega a terceiros seus deveres, como das instituições que assumem sabendo dessas contradições e não lidam com elas, as vezes por relapso e as vezes por incapacidade, uma vez que seus gerenciadores nem sempre são técnicos ou conhecedores da política que assumem.

Nesse panorama é que o Serviço Social é requisitado, mas ao mesmo tempo, também o é para legitimar a filantropia institucional do que garantir direitos de usuários, cabe, portanto, ao profissional comprometido desvelar isto e rumar seu fazer para a compreensão e defesa da diversidade sem fragmentá-la.

O Serviço Social da APAE hoje trabalha nessa perspectiva, mas encontra para sua efetivação vários entraves, dentre eles está a grande demanda, que sufoca o fazer profissional não dando possibilidade de planejamento interno e externo de suas ações. Importante ressaltar que essa demanda não se deve somente ao número de usuários, e sim, as várias tarefas internas delegadas ao Serviço Social que poderiam ser executadas por outros profissionais.

A sociedade que queremos deverá propiciar ao indivíduo condições plenas de desenvolvimento das suas capacidades, para que este possa usufruir de sua liberdade com consciência, procuramos a erradicação de toda forma de exploração, opressão e alienação e para tanto é importante eleger a ética para o enfrentamento das contradições postas à profissão, afim de promover mudanças nas formas de dominação, exploração, exclusão, discriminação.

O ideário neoliberal promove o desmonte das políticas sociais, reduzindo a participação do Estado nos gastos públicos, o que prejudica o ensino em geral, causando desemprego e vulnerabilidade nas camadas mais pobres da população. O Assistente Social é o profissional que trabalha com as relações sociais e suas problemáticas, e portanto deve estar inserido neste contexto, já que os avanços sinalizados na Constituição de 1988 e implantados nas leis posteriores precisam ser garantidos e para tanto o profissional de Serviço Social deverá atuar junto às famílias através de ações sócio-educativas, para que através do repasse de informações, possa instrumentalizá-las para que estas possam buscar a efetivação destes direitos.

Todas essas mudanças ocorridas na sociedade brasileira, decorrentes de movimentos organizados nacionais e internacionais baseados na Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos desencadearam a

revisão e o surgimento da Nova Lei de Diretrizes e bases da Educação que regulamenta a escola pública.

A nova LDB além de reafirmar o direito à educação no país, estabelece as diretrizes e bases, tendo como característica base a flexibilidade, abertura e inovações importantes para a educação nacional, como a inserção de todos no ensino regular sem distinção, mostrando assim, um ajuste das necessidades sociais, procurando desenvolver habilidades e competências visando a inserção do cidadão no mercado de trabalho, trazendo avanços nesta área e promovendo a inclusão das crianças e adolescentes antes excluídos do ensino público, como as crianças com deficiências.

É importante salientar que a educação é uma política pública prevista na Constituição Federal de 1988. Este direito deve ser garantido à todo cidadão em condições de igualdade, porém deve ser garantido também um ensino de qualidade para a promoção do crescimento cultural do indivíduo. Para tanto cabe ao profissional de Serviço Social, através da sua prática, garantir e ampliar este direito.

Todos esses avanços demonstram que o momento é propício para a garantia destes direitos e é preciso estimular o debate em toda a sociedade para que estes movimentos ganhem cada vez mais visibilidade e as pessoas com deficiência possam ganhar voz, mesmo que o movimento da história mostre que as organizações não governamentais que trabalham com este público hoje sejam a representação destas vozes. Ah de chegar o momento que todas as discussões sobre a questão da deficiência deverão levar em conta primeiro a pessoa com deficiência que poderá opinar sobre seu próprio destino. Como o lema da convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, ocorrida em 2006 e ratificada pelo governo brasileiro que é um país signatário, que diz “nada sobre as pessoas com deficiência, sem as pessoas com deficiência”.

Esperamos que este trabalho venha contribuir de alguma forma para o debate acerca da inclusão das pessoas com deficiência, não somente na escola como em toda sociedade. Contudo, porém, não se espera encontrar todas as respostas aos questionamentos e muito menos encerrar o debate neste tema, pois, entendemos a limitação do trabalho e do momento de formação, mas, mesmo assim, acreditamos que sempre para uma inclusão efetiva há que se levar em conta que vários são os fatores que perpassam este processo, afinal somos sujeitos históricos.

5-REFERÊNCIAS

ALVES, Railda F.; BRASILEIRO, Maria do Carmo E.; BRITO, Suerde M. de O.. **INTERDISCIPLINARIDADE: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO**. Disponível em: <www.scribd.com>. Acesso em: 22 jan. 2009.

ANJOS, Cáli Rosi Souza dos. **Filantropia e inclusão educacional no ensino superior**. Estudo de caso do Centro Universitário Franciscano-Santa Maria-RS. Disponível em: <<http://bdtd.unisinos.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense-Universitária. 1983.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (Minas Gerais). Movimentos Sociais e cidadania: Quando a pessoa com deficiência fala em primeiro lugar. Disponível em: www.apaeminas.org.br. Acesso em: 05 fev. 2009.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (Florianópolis). **Regimento Interno**. Florianópolis-sc, 2005.

BAUER. Martin W. e GASKELL. George. (Ed). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – Petropolis, RJ: Vozes, 2002

BIANCHETTI, Lucídio. Um olhar sobre a diferença as múltiplas maneiras de olhar e ser olhado e suas decorrências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 8, p.1-8, entre 1995 e 2005.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Traduzida por: João Ferreira de Almeida. Ed. Ver. Atual. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BRASIL, Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm, acessado em 15/12/08.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto Constitucional de 05 de Outubro de 1998 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 22/99 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Ed. Atual. Em 1999. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999. xiv, 360 p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/1996. Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 01 de Novembro de 2008 às 20h.

_____. Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil 1996**. Disponível em: <www.bases.bireme.br>. Acesso em: 18 jan. 2009.

_____. Assembléia Geral da Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2009.

GASKELL, George (org.). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Brasil). **Políticas de Educação Inclusiva**. Disponível em: <www.fcee.sc.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000**: Características gerais da população com deficiência. 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2008 às 14h.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Educação Especial. **Censo Escolar**: levantamento da formação de professores para atuação na educação especial. 2006. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 20 de dezembro de 2008 às 18 h.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Imago, 1981. 225p

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente na escola. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006, p.183-209.

MARTENDAL, Adriana Camargo. **Relatório Final de Estágio Curricular Obrigatório**. Departamento de Serviço Social. Florianópolis, 2008. Mimeografado.

MARTENDAL, Adriana Camargo. **Plano de Estágio**. Departamento de Serviço Social. Florianópolis, 2008. Mimeografado.

NEVES, Tânia Regina Levada. **Movimentos Sociais e Cidadania**: Quando a pessoa com deficiência mental fala na primeira pessoa do singular. In: SILVA, Shirley e VIZIM, Marli.(orgs.) Políticas Públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências. Campinas: Mercado das letras, 2003, p.153-174.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997, 171 p.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Trabalho publicado no livro *Mídia e Deficiência*, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância e da Fundação Banco do Brasil (Brasília, 2003, p. 160-165).

SATOW, Suely Harumi. **Paralisado cerebral**: construção da identidade na exclusão. 2. ed. rev. ampl. Taubaté: Cabral: 2000. 136[14]p.

SERVIÇO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (Florianópolis). **Plano de ação 2008**. Florianópolis-sc, 2007.

SIEPIERSKI, P. D. . Interdisciplinaridade e Cientificidade. In: Simpósio Interdisciplinaridade em Questão, 1998, Campina Grande. Interdisciplinaridade em Questão. Campina Grande, PB : UEPB, 1998. p. 23-29.

SILVA, Shirley e VIZIM, Marli. **Políticas Públicas**: educação, tecnologias e pessoas com deficiências. Campinas: Mercado da Letras, 2003.